

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

ATA Nº 054

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Invocando a proteção de Deus, e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública por mim convocada com interesse de discutir o SIMCAR, a APF, ambos instituídos por meio da Lei nº 592 e publicado no *Diário Oficial* no dia 26 de maio de 2017.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça e Titular da Procuradoria Especializada do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Alex Sandro Marega, Secretário-adjunto de Gestão Ambiental, neste ato representando o Secretário de Estado da SEMA, Sr. Carlos Fávaro; Corgésio Albuquerque, Secretário-adjunto de ATER e Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF; João Bosco de Moraes, Superintendente Regional do INCRA/MT; Lívia Carina Passos Teles, Superintendente do IBAMA/MT; José Dias Sguarezi, Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Mato Grosso – MAPA; Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI/MT; Cândido Teles, Presidente .../cac

0914au02.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Cândido Teles, Presidente do INTERMAT; Whelen Gonçalo de Arruda, Gerente Geral de Agência, neste ato representando do Superintendente do Banco do Brasil, Sr. Sotero Sierra Neto; Ronaldo Augusto Dreher Ferrari, Assessor Técnico, Engenheiro Florestal e palestrante nesta tarde de hoje; Juarez Fiel, Diretor de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de Cuiabá. (PALMAS)

Composta a Mesa, convido a todos para que em posição de respeito cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu quero pedir para que ainda em pé fizéssemos um minuto de silêncio pelos assassinatos da companheira Teresinha Rios e seu esposo Aluísio de Lara, covardemente, cruelmente assassinados na semana passada em Nossa Senhora do Livramento, no sítio em que moravam. A Sr<sup>a</sup> Terezinha foi uma batalhadora sempre colocando a sua vida na luta pelo desenvolvimento, pelos avanços da Agricultura Familiar. Pouco antes ainda do acontecido, fez uma reunião com lideranças em Nossa Senhora do Livramento, exatamente para discutir a complexidade do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR e também do APF.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

(NESTE MOMENTO É FEITO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM RESPEITO AOS SENHORES TERESINHA RIOS E SEU ESPOSO ALUÍSIO DE LARA QUE MORRERAM ASSASSINADOS EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Em nome dos dois, eu gostaria que vocês respondessem: “Presente”, simbolizando a presença deles na luta pela agricultura familiar. Terezinha Rios e Aluísio de Lara!

(OS PARTICIPANTES DA PLATEIA RESPONDEM: PRESENTE! - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu quero agradecer as presenças daqueles que estão representando também instituições, participando dessa nossa audiência pública da tarde de hoje: Sr<sup>a</sup> Mauren Lazzaretti, Secretária-Adjunta de Licenciamento Ambiental da SEMA; Sr. Edson da Silva Castro, Supervisor Municipal de Meio Ambiente de Campo Verde; Sr. Elso Domingos Alves, Vereador Municipal de Gaúcha do Norte...

s/nns

0914au03.nns

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Campo Verde, Elço Domingos, Vereador Municipal de Gaúcha do Norte, nosso querido companheiro Nei do Dom Osório, Vereador de Campo Verde, Sérgio Mazetto, Supervisor local da Empaer do município de Campo Verde, Adriel Pereira Irineu, Vereador Municipal de São José do Rio Claro, Fabrício Portilho, Secretário Municipal de Agricultura de São José do Rio Claro, Dr. Cláudio Santos Alves da Silva, Membro da Comissão de Assuntos Fundiários da OAB seccional Várzea Grande, Dr<sup>a</sup> Cleidi Rosangela Hetzel, Membro da Comissão de Assuntos Fundiários da OAB seccional Várzea Grande, Orlando Luiz Nicolotti, Secretário de Meio ambiente da FETAGRI, Luiz Carlos Carvalho Cáceres, Supervisor Jurídico Regional do Banco do Brasil, Patricia Dias de Almeida, Gerente de Mercado da Superintendência de Negócios e Varejo do Governo de Mato Grosso, Domingos Roberto Mesquita de Magalhães, Assessor, neste ato representando o Presidente Rafael Mason do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeiras de Mato Grosso, Gilmar Antonio Brunetto, o Gauchinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica de Extensão Rural e Pesquisa Pública de Mato Grosso, o SINTERP, Valdivino Tomaz de Aquino, Presidente do Sindicato dos Agricultores Familiares dos municípios de Rondonópolis, Itiquira e São José do Povo, João Dias Filho, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso, Valdomiro de Oliveira, Presidente da Associação da Agricultura Familiar do município de Itanhangá, Marino Wilbert, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São José do Rio Claro, Franklin Vaz de Oliveira, Jovem Aprendiz da Aprosoja, Maria José da Silva, Cooperada da Cooperativa de Produtores Agrícolas Mista de Santo Antônio do Leverger, Salvino Ferreira Farias, Diretor da Empresa Mapa, SHFARIAS Limitada, do município de Rondonópolis, Vinícius Silgueiro, Coordenador de Geotecnologia do Instituto Centro de Vida do município de Alta Floresta.

Agradeço a presença de todos que compõem a mesa, sabemos da importância...

s/ cms

0914au004.cms

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – ...gostaria de agradecer a presença de todos que compõem a mesa, sabemos da importância do trabalho que deixaram nas instituições que representam, mas diante da grandeza desta Audiência Pública, não se furtaram em fazer presente, e eu tenho certeza que teremos ao final dos trabalhos de hoje um bom produto, uma boa produção e um bom resultado.

Audiência Pública não objetiva outra coisa senão encontrarmos através do diálogo, de ouvir principalmente as lideranças que lidam diuturnamente com a agricultura familiar, com as dificuldades, com a problemática envolvendo o SIMCAR, envolvendo a APF e que, às vezes, muitas pessoas que trabalham, que labutam no dia a dia da agricultura familiar ainda não se inteiraram e as lideranças têm essa missão de estar à frente sempre buscando os avanços e melhorias.

Então, eu tenho certeza que no diálogo desta tarde conseguiremos avanços junto ao governo do Estado para que possamos fazer com que a agricultura familiar possa se tornar mais forte no Estado de Mato Grosso.

A vida no campo, a vida na roça não é uma vida fácil, é uma vida difícil. Quem está aqui conhece muito bem essa realidade e nunca foi fácil, às vezes, com a luta, com o trabalho e com a organização melhora, mas ainda é difícil.

Não é, Zé, de Aripuanã? A quem cumprimento agora.

Tivemos avanços, não podemos negar os avanços, principalmente, após o governo Lula, com o Luz Para Todos chegando no campo. Quem viveu na roça, muitos aqui vivem, viveram essa realidade e eu vivi por 11 anos na roça sem energia elétrica, sabemos o quão difícil era e o quão difícil é ainda para quem não tem a energia elétrica. Mas, o Programa Luz Para Todos avançou e trouxe esperança. Viver a luz da lamparina, do candeeiro, da picomã tomando conta das paredes, do teto e do nosso nariz; depois o lampião a gás; e aos pouco o sonho da energia elétrica foi chegando e ainda tem muitos que sonham.

Os custos que têm a dificuldade para se conseguir...

...s/drm...

0914au05.drm

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -...os custos que têm a dificuldade para se conseguir, mas que avançaram muito após a política de 2003, de levar fortalecimento da agricultura familiar, o PRONAF ampliando suas receitas, a política do mais alimento que também oportunizou há muito avançar no seu plantel, na melhoria do seu pasto, de sua cerca, de seus implementos agrícolas, os agricultores familiar avançaram, mas ainda sofrem. Sofrem com pouco renda oriunda de seus trabalhos, sofrem com pouco incentivo ainda por parte dos governos, sofrem sem a política de assistência técnica extensão rural que ainda é precária, é muito pouca diante da extrema necessidade que temos não é Gauchinho, você que acompanha no dia a dia. Sofrem sem as condições ainda de adquirir equipamentos para melhorar a tecnologia de sua produção, sofrem sem água. Agricultura familiar ainda sofre não é água nem para a produção, para irrigação, Mato Grosso nós temos uma carência muito grande para o consumo humano, nas regiões de Cáceres, na região sul, nós temos uma carência muito grande que não se vê nenhuma luz por parte das políticas governamentais para atingir esse público.

Infelizmente ainda impera a falta de tecnologia enquanto nós avistamos o agronegócio com equipamentos cada vez mais sofisticados, com máquinas computadorizadas, com

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ar-condicionado, às vezes dispensando até o ser humano atrás da máquina porque o computador quase faz tudo, na roça ainda impera a foice, impera o facão, impera a enxada, e muitas vezes ainda impera o agrotóxico, o veneno.

Sofrem sem políticas para promover a organização social do cooperativismo, nós precisamos ter políticas públicas para organizar os nossos agricultores familiares através dos cooperativos para agregar valor a sua produção, para agregar renda a sua produção.

Sem a política do cooperativo, nossos agricultores infelizmente tornam-se presa fáceis dos atravessares, sofrem sem a presença de documentos de domínio, a titularização das terras ainda é uma luta dos nossos agricultores, dos nossos sindicatos, da FETAGRI, uma luta do nosso mandato e que ainda está longe de ser uma realidade universalizada...s/dmm...

0914au06.dmm

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) –...está longe de ser uma realidade universalizada. Temos muito, mas muito ainda o que caminhar para conseguirmos o domínio, a dominialidade das terras dos nossos agricultores familiares.

Os agricultores familiares, diante das dificuldades, travam lutas diárias pela sobrevivência, pela subsistência.

O estado brasileiro ainda precisa avançar, precisa socorrer os agricultores familiares, precisa estender não é uma mão só, precisa estender as duas mãos. E quando eu falo estado, não é o Estado de Mato Grosso, é a União, os Estados e os Municípios. Todas essas forças precisam se organizar e estender as duas mãos, ir ao encontro dos agricultores familiares, assessorar os agricultores familiares, os sindicatos, as cooperativas, as associações e as federações. Assessorar e não penalizar. Dar remédio e não veneno; conduzir para a vida e não para o precipício; ser sinônimo de esperança e de progresso. A agricultura familiar infelizmente ainda pede socorro. Quer ser vista, quer ser assistida, quer ser incluída.

A Audiência Pública que ora iniciamos, tem o objetivo de ouvir as dificuldades dos agricultores familiares em relação às atuais legislações estadual e nacional que orienta a regularização ambiental, assim como propor encaminhamentos junto aos órgãos responsáveis.

O Governo do Estado de Mato Grosso regulamentou o art. 8º da Lei Complementar 343/08, que instituiu a APF-Autorização Provisória de Funcionamento através do Decreto 230, de 18 de agosto de 2015. Instituiu também por meio da Lei complementar nº 592, publicada no *Diário Oficial* de 23 de maio de 2017, o Programa de Regularização, assim como o Cadastro Ambiental Rural SIMCAR. Desde que foi publicada, criou a possibilidade de realizar o Cadastro Ambiental Rural-CAR dos imóveis rurais no Estado.

O objetivo das regulamentações e do sistema são relevantes, todos os agricultores sonham com a agilidade tecnológica para que as análises dos cadastros permitam a agilidade nos processos e rapidez nas liberações...

...S/LCB

0914au07.lcb

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -...agilidade nos processos e rapidez nas liberações de créditos, de licenças, enfim, nas condições estruturais para que as atividades dos agricultores familiares ganhem as condições necessárias para desenvolver de forma satisfatória às ações no campo.

Sabe-se que o SIMCAR é um sistema eletrônico de âmbito estadual com base de dados integrado ao sistema nacional de Cadastro Ambiental Rural destinado à inscrição, consulta, acompanhamento e gerenciamento da situação ambiental dos imóveis rurais.

Nessa perspectiva, atenda a expectativa dos agricultores familiares, entretanto dado às questões burocráticas ainda não foram visualizadas essas possibilidades, ao invés de agilidades, estamos a ouvir e a receber dos agricultores as mais diversas reclamações.

A partir das escutas que fizemos em nossas andanças pelo Estado e em parcerias com as entidades aqui representadas é que solicitamos em Sessão Plenária a autorização legislativa para realização desta Audiência Pública.

Precisamos unir as nossas forças no sentido de construir alternativas para implantar um novo sistema e paralelamente dar continuidade às ações de fortalecimento de agricultura familiar.

A agricultura familiar entende a finalidade do CAR em integrar as informações ambientais das propriedades e postos rurais compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Ações que se bem organizadas ajudarão muito na organização da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso.

O objetivo aqui é construir alternativas, é abrir o diálogo para que possamos superar dificuldades ora apresentadas. Continuaremos a defender os avanços de tecnologia para facilitar a agricultura familiar sem, contudo, deixar de utilizar estratégias já conhecidas para que não haja interrupções nas ações, especialmente quando se trata do financiamento da agricultura familiar.

Como conhecedor da labuta dos que plantam e colhem para sobreviverem, sei que a chuva, a melhor lua para plantar e para colher não espera a burocracia. Que o tempo da roça é definido pela natureza, e esta não sabe e não quer saber se o sistema travou, se o governo ainda vai ter analisado informações, se os dados estão completos, enfim, vamos cuidar do povo da roça que traz comida para os que vivem nas cidades...

...s/tmr...

0914au08.tmr

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... que traz comida para os que vivem nas cidades, vamos destravar, vamos financiar, o resto vamos organizando aos poucos.

Quero aqui agradecer os nossos servidores da Assembleia Legislativa, o nosso pessoal da Taquigrafia, do Cerimonial; agradecer a *Rádio Assembleia* que transmite esta Audiência Pública para toda América Latina; agradecer a *TV Assembleia* que transmite esta Audiência Pública para todo o Brasil.

A nossa *TV Assembleia* tem muita audiência na zona rural por onde ando, nós recebemos as informações dos agricultores que estão sintonizados, nos vendo, nos acompanhando e assim pode nos fiscalizar melhor, quem trabalha pelo povo, quem não trabalha pelo povo, quem presta serviços, que não presta.

E com certeza nesta tarde de hoje as lideranças que aqui estão representam todos aqueles que vivem na zona rural do Estado de Mato Grosso, mas vocês não estão sozinhos, porque nas casas da zona rural do Estado de Mato Grosso muitos estão acompanhando esta Audiência

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Pública, ao vivo, e muitos acompanharão nas oportunidades em que a *TV Assembleia* reprisará esta Audiência Pública.

Quero aqui já cumprimentar e agradecer os Presidentes dos Sindicatos Rurais: Joselino Francisco da Silva, de Arenópolis; José dos Santos, de Sinop; Angelino de Oliveira Primo, de Denise; Márcia Rodrigues da Cruz, de Pontes e Lacerda; Gilson Ferreira dos Santos, de Cláudia; Vagner da Silva Santos, de Rondonópolis; Reginaldo Gonçalves Campos, de Campo Verde; Almir Rogério Almeida, de Denise; Santana de Campos, da Comunidade Formigueiro do Município de Várzea Grande, onde estarei amanhã, Zito; também Vander José Carvalho, da Gleba Santo Expedito de Cláudia; Jairo Antônio da Silva Borges, também do Formigueiro, da ASCARF; José, de Rondonópolis; Antônio Marques, de Rondonópolis e o Cleudes Severo, de Campo Verde.

Com a palavra, o primeiro, como palestrante, o Sr. Ronaldo Augusto Ferrari, Assessor Técnico, Engenheiro Florestal, que disporá .../cac

0914au09.cac

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - ... Assessor Técnico e Engenheiro Florestal, que disporá de quinze minutos para suas explanações conforme preceitua o nosso Regimento Interno da Casa.

Na fala do Sr. Ronaldo, quem da plateia quiser se inscrever, pode procurar as meninas do nosso Cerimonial, porque intercalaremos entre as falas da Mesa e de vocês, para não ficar muito cansativo, o povo fala também entre uma fala e outra da Mesa.

O SR. RONALDO AUGUSTO DREHER FERRARI – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco, em nome do qual cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa; as senhoras e os senhores, principalmente os produtores rurais que estão aqui e que com certeza, é o motivo da nossa presença hoje.

Fui convidado para falar um pouquinho sobre o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e a Autorização Provisória de Funcionamento de Atividade Rural - APF e um pouco do que temos vivenciado no dia a dia enquanto técnico trabalhando no sentido de elaborar cadastros e tentar promover as regularizações dentro do Estado.

O meu nome é Ronaldo, sou de Sinop, tenho um pequeno escritório de Consultoria, estou atuando no mercado há seis anos. Nesse período fizemos um pouco mais de quatrocentos cadastros no Estado, desde o tempo em que o cadastro era feito no Estado, migrou para o sistema federal e agora voltou. Então, nós nos deparamos com praticamente todo tipo de situação, já atendemos quase todo tipo de pendência, tivemos mais de trezentos e cinquenta ou trezentos e oitenta cadastros aprovados, deferidos, enfim, como temos contato com os pequenos produtores, a maioria são pequenos produtores, nos convidaram para fazer um relato do que estamos sentindo na verdade no momento atual.

O Cadastro Ambiental está para fazer dez anos de vida em Mato Grosso, foi instituído em 2008, no ano que vem teremos uma década...

s/nns

0914au10.nns

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. RONALDO AUGUSTO DREHER FERRARI - ... foi instituído em 2008 e ano que vem teremos uma década de Cadastro Ambiental Rural, é muito tempo para um cadastro. Em 2008, foi instituído, muitas pessoas fizeram, muitos foram obtidos.

Em 2014, por força de lei, migrou para o cadastro federal que vemos como um grande tiro no pé ao Estado de Mato Grosso que tinha base sólida e bem estruturada, com cadastro bem feitos e ele migrou para o federal abrindo a possibilidade de qualquer pessoa fazer em que virou o que chamamos de balaio de gato, pois foram feitos muitos CARs errados. Agora o CAR retornou para a gestão do Estado em que praticamente tem que fazer tudo.

A minha presença não é só para falar do que não está bom, acho que o sistema melhorou muito, a forma de fazer hoje é a melhor forma até então apresentada a nós. Tecnicamente falando, ela vislumbra detalhes e critérios que antes eram passados por cima, digamos assim.

Temos muitas dificuldades ainda, enquanto técnico sentimos, as análises por parte da SEMA, sentimos que não segue um padrão, às vezes um analista interpreta de uma forma, outro interpreta de outra.

Então nós, como técnicos, ficamos perdidos às vezes sem saber o que dar de resposta porque; “Você fez e agora tem que fazer de novo, agora tem que retificar, agora não serve”.

Somos muito cobrados por parte da sociedade no sentido de que não conseguimos dar o resultado pelo qual somos contratados e isso é muito difícil para nós e frustrante também enquanto profissional. Entendemos as dificuldades do órgão, entendemos a falta de servidores e de mais analistas, tem uma briga também dentro da própria SEMA para que se contrate mais servidores. Tudo isso nós sabemos e apoiamos.

O que sentimos é a morosidade, apesar do sistema ser novo e melhor, a morosidade nas análises ainda, pelo menos nos meus processos que tenho, mais ou menos, uns 300 CARs na minha plataforma para retificar hoje, os que eu fiz até hoje, nenhum entrou em análise...

s/ cms

0914au011.cms

O SR. RONALDO AUGUSTO DREHER FERRARI – ...os que eu fiz até hoje nenhum entrou em análise.

Também apresentar as dificuldades que sentimos, muitas vezes, de falar dentro do órgão para tirar dúvidas e questionamentos não temos obtido muito êxito em conversar, o canal de comunicação do SIMCAR em si, na minha opinião, também não está de acordo.

Na questão mais técnica das pequenas propriedades, nós vivemos um problema no sentido das áreas consolidadas e as áreas que foram abertas depois de 22 de julho de 2008. A maioria das pequenas propriedades, principalmente, na nossa região, os proprietários sofrem com isso porque foram abertas depois e é considerada irregular. Então, quando fazemos o cadastro ambiental, nós precisamos informar isso, isso já é informado e temos que concordar em sanar esse passivo ambiental, e a forma de sanar esse passivo ambiental ainda não está com procedimento. Hoje, não tem maneira de apresentar um programa de recuperação da área degradada, ou seja, você está irregular, você declara que está irregular e não tem a possibilidade de se regularizar. Hoje, eu vejo dessa forma.

Aí um outro ponto que quero tratar, na verdade, que eu quero relatar porque eu fui convidado só para fazer um relato do que eu estou sentindo, é a questão da APF-Autorização

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Provisória de Funcionamento Rural, ela é exigida para várias operações. Por parte dos produtores ela é exigida principalmente para acesso ao crédito e para ela ser emitida, a propriedade não pode ter passivo ambiental. Se a propriedade tiver um passivo ambiental, ou seja, um desmatamento feito depois de 22 de julho de 2008, a APF é bloqueada, ela não é emitida e isso inviabiliza o acesso ao crédito, principalmente, porque é o principal motivo de todo este debate em torno da APF.

Na verdade o que acontece? Nós até deixamos a título de sugestão, talvez, acontece que muitas vezes a propriedade tem uma pequena parte que foi desmatada...  
...s/drm...

0914au12.drm

O SR. RONALDO AUGUSTO DREHER FERRARI- ... muita as vezes a propriedade tem uma pequena parte que foi desmatada depois dessa data de 2008 e não a propriedade inteira, e acaba que então bloqueia a propriedade inteira. Ate discordamos, porque entendemos que deveria bloquear a parte irregular não toda propriedade, ou seja, uma propriedade de cem hectares abriam dez hectares depois de 2008, bloqueia a PF e inviabiliza a produção da propriedade inteira, então, ele falou se tive embargando 100%, sendo que a infração é só em dez hectares, como o exemplo que eu dei.

Uma questão que eu queria levantar aqui, que até conversei um dia dentro da SEMA no setor da PF, a questão dos representantes legais, a PF para ser requerida junto ao órgão, o interessado precisa requerer ela utilizando um certificado digital, uma assinatura digital, ou, se ele passa uma procurar com poderes específicos para uma pessoa que tenha essa assinatura digital requerer.

Isso para questão de assentamentos...a questão principalmente assentamentos é muito difícil conseguir isso, conseguir que cada um consiga o certificado digital, que procura um técnico, então, sugerimos sem sucesso que talvez o sindicato pudesse ser o representante legal, pudesse então, o Presidente do Sindicato que ele é feito, uma decisão tomada em Assembleia, talvez poderia ter forças de representante legal para que pudesse ser feito de uma maneira mais pratica, porque você imagina aquela pessoa, simples, da roça, como o Deputado estava falando, sair lá do sitio dele, ir atrás de um certificado digital só a procuração sendo que ele tem um sindicato que representa ele, para que serve o sindicato.

Então, seria só uma sugestão se fosse possível simplificaria bastante sugestões que eu deixo flexibilizar o entendimento da interpretação da PF nos sentido de ela sair talvez com a ressalva, poderia talvez sair como uma salva onde ela consta...uma parte está regular, mas uma parte não está. Talvez flexibilizar nesse sentido e também a questão das assinaturas digitais...s/dmm...

0914au13.dmm

O SR. RONALDO AUGUSTO DREHER FERRARI -...e talvez flexibilizar nesse sentido e também a questão das assinaturas digitais da representação legal que poderia, talvez, o Sindicato representar essas pessoas. Simplificaria.

Para finalizar, eu também não vim aqui no sentido de dar uma palestra, vim no sentido de relatar as dificuldades que nós temos encontrado. Eu acho que deveria... o que é que a

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

justiça social, quando você fala em justiça social, não é dar um para cada um. Alguns precisam de dois e outros só meio já estaria bom.

Eu acho que o pequeno poderia ser vislumbrado de uma maneira mais flexível, até para vislumbrarmos o caráter humano da questão da agricultura familiar. Muitas vezes o cidadão desmatou para fazer uma horta para criar os filhos dele. Muitas vezes ele tira dali o ganha-pão dele. Então, ele não pode ser tratado como o cidadão que planta dez mil hectares de soja!

O meu ponto de vista é no sentido da justiça social, nós termos um programa de regularização ambiental no Mato Grosso que vai fazer dez anos ano que vem, é uma década de Cadastro Ambiental Rural e têm pessoas que não conseguem pegar um dinheiro, muitas vezes, que está no banco para isso! Está lá. O gerente do banco, muitas vezes, tenta empurrar aquilo, porque ele tem metas para cumprir dentro do banco e ele não consegue por questões burocráticas.

Então, eu vim aqui no sentido não é de fazer um embate com SEMA, até porque eu tenho interesses direto junto com a Secretaria, eu presto serviço e eles analisam. Para mim, é bem complexo vir aqui e apontar o dedo, mas fica aqui o meu relato do que está acontecendo com os pequenos produtores no sentido de tentar se regularizar no Estado de Mato Grosso.

Eu quero agradecer mais uma vez o convite e estou à disposição para qualquer pergunta, qualquer questionamento. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Ronaldo. Obrigado por ter aceitado vir. A partir da sua experiência profissional relatar um pouco das dificuldades para pequeno agricultor conseguir a sua regularidade ambiental e também a sua APF.

Eu quero cumprimentar o meu amigo Pedro Valcir da Rosa, o Pedrão, Presidente da Associação São João, lá do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, de Sinop; companheiro Vereador Bartolomeu...

...S/LCB

0914au014.lcb

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) -... Assentamento Wesley Manoel dos Santos, de Sinop; companheiro Vereador Bartolomeu Júnior de Souza Silveira, que é Vereador da Câmara Municipal de Canabrava do Norte, quase mil e quinhentos quilômetros para participar dessa nossa atividade e também **Oucimar Métiq**, Vereador e Presidente da Câmara de Canabrava do Norte está aqui também acompanhando esta Audiência Pública.

Quero já convidar para fazer o uso da fala o Alexsandro Marega, Secretário Adjunto de Gestão Ambiental da SEMA.

O SR. ALEXSANDRO MAREGA – Gostaria de cumprimentar a todas as autoridades da Mesa e também a todos os presentes representando aqui neste ato o Secretário de Estado de Meio Ambiente, o Sr. Carlos Fávaro.

Sou Secretário Adjunto de Gestão Ambiental, também aqui comigo está a **Mauren Lazarete** que é a Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental.

Como foi dito aqui pelo profissional, o Engenheiro Florestal, o CAR no Mato Grosso na verdade pela Lei nº 343 que instituiu o MT Legal, já está realmente com oito anos, indo para nove, mas o Estado já faz esse trabalho do Cadastro Ambiental Rural desde o ano de 2002. Já no ano de 2000 o Estado tem a obrigação legal de fazer o licenciamento das atividades dentro de imóveis rurais além de promover a regularização ambiental das reservas legais, das APPs, isso está

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

no Código Florestal desde de 1965. E a partir do ano de 2000 começou-se a criar uma política para que pudesse juntar todas essas atividades, tanto a regularização quanto ao licenciamento num único processo que é o processo de licenciamento ambiental único. E já no ano de 2005 isso já estava bem claro como ia funcionar esse processo por meio da Lei nº 232 que alterou o Código Estadual de Meio Ambiente, o 38, e já instituiu esse processo. A partir do ano de 2000 o que houve de inovação? É a utilização de imagens de satélite para promover tanto as atividades de regularização ambiental quanto as de licenciamento.

Qual é a ideia do Estado? Pegar a imagem daquele imóvel rural e montar um mosaico dentro de um sistema de computador da SEMA e você saber onde que está a propriedade rural, o seu polígono, onde ele está localizado, o seu tamanho e os recursos ambientais que têm ali dentro a Reserva Legal, as APPs, as nascentes, os rios...

...s/tmr...

0914au15.tmr

O SR. ALEX SANDRO MAREGA - ... a reserva legal, as APPs, as nascentes, os rios, as atividades, as áreas consolidadas onde se exerce atividade, as áreas degradadas onde houve desmatamento e precisam ser recuperadas.

Então, essa é a ideia da LAU incluindo no Sistema SLAPR, que era o Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais que começou a ser operado, começou a ser criado no ano de 2000, mas realmente começou a entrar em operação em 2002. Então, a nossa ideia era facilitar essas atividades. Não chamava CAR. Chamava **ATUAL**, mas a atividade de licenciamento utilizando imagens de satélite começou nessa época. O Estado de Mato Grosso foi o primeiro Estado do mundo. Ninguém antes do Estado de Mato Grosso fazia essa atividade de cadastrar as informações ambientais dos imóveis rurais, através de mais satélites. Ninguém individualizada isso.

Os SLAPRs foram a maior inovação do mundo. E nós tivemos apoio do Ministério do Meio Ambiente que nos ajudou inclusive com recurso com técnicos que nessa discussão formatou esse processo. Só que o processo de LAU, realmente, é burocrático, era complexo, por quê? Porque junto com a regularização, junto com o processo de recuperação da área degradada, definição de qual é o tamanho de sua reserva legal, qual o tamanho da APP, onde você tem que regularizar, vinha também a autorização de uma atividade. Autorização do manejo, autorização para abrir as áreas exploradas, a agricultura, pecuária. Então, dentro do processo de regularização estava vinculada também autorizar alguma coisa.

Olha o risco que há tanto para o produtor quanto para o órgão ambiental de se regularizar alguma coisa, talvez com alguma documentação não tão assim que seja legal e depois lá na frente descobrir que aquilo não era daquela pessoa, não era de outro. Você autorizou alguém a utilizar uma propriedade de outro, documento oficial. Isso é tão verdade que houve várias operações, vários inquéritos civis, várias prisões, inclusive, por licenciar imóveis rurais de propriedades que talvez não pudessem ser licenciadas.

Qual foi a ideia do MT Legal, que inclusive foi discutido muito com a Assembleia Legislativa, com o setor produtivo? Era desburocratizar. Então, vamos criar. Se o CAR é a base de informação, é onde vamos começar a fazer todas as outras atividades darem certo, ele não pode ser complexo. O CAR é onde vamos receber as documentações, receber as informações, e a partir daquelas informações, começar a regularização ambiental, aí sim, discutir onde é reserva legal, APP, recuperação das áreas degradadas, mas o processo de licenciamento não precisa ter... está concluído esse processo da regularização para que inicie o processo de licenciamento. Então, a ideia é separar.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O CAR é início de tudo, mas depois eu licenciou paralelo a regularização. Essa é a ideia do CAR. Atrelado a isso, o CAR teve .../cac

0914au016.cac

O SR ALEX SANDRO MAREGA - ... atrelado a isso, o CAR – Cadastro Ambiental Rural teve como objetivo no MT Legal dar benefícios as pessoas. Se você vem espontaneamente a um órgão ambiental mostra onde está o seu passivo, onde precisa recuperar, nós não vamos te autuar. Você vem então a predispõe a recuperar essas áreas, nós vamos te dar a regularização e você pode exercer as suas atividades, desde que você cumpra todas as etapas que você se comprometeu para recuperar aquilo que estava degradado, aquilo que é o passivo, você não será autuado, esse é o benefício do MT – Legal. Nós chamamos a sociedade para dentro do órgão ambiental e temos o benefício: “Você não vai ser autuado desde que você recupere.” E o que é essa recuperação? Aquela multa que se levaria, você usará esse recurso para recuperar. Lá na frente, na hora que constatar que recuperou, vamos então entender que aquela multa, o recurso que você tinha para pagar aquela multa você aplicou para recuperar. Então esse é o entendimento do MT Legal. Será que isso era bom? É. Sabe por quê? Isso se tornou política nacional. O Código Florestal em 2012, porque a Lei do MT Legal é de 2009, o Código Florestal de 2012 incorporou exatamente isso. Colocou o CAR como sendo uma obrigação de toda propriedade rural, de todo imóvel rural, porque não precisa ser propriedade, pode ser uma posse, o CAR é uma obrigação. E se você vier até o órgão ambiental espontaneamente e declarar suas informações dentro do prazo que a lei estabeleceu, você não será autuado, desde que você cumpra os compromissos da recuperação.

Desde 2010, quando começamos operar o MT Legal, quando o sistema realmente começou a funcionar dessa forma, porque a lei de 2009 o sistema realmente começou a operar a partir de 2010, nós conseguimos colocar dentro da base da SEMA quarenta mil imóveis. Quarenta mil propriedades rurais vieram para a base da SEMA e ali então tinha... o que tinha ali associado? Tinha um profissional que tinha uma ART – Anotação de Responsabilidade Técnica que ia até o imóvel, fazia os levantamentos, se responsabilizada por essas informações e mandava para a SEMA. E a SEMA em cima disso então promovia essa regularização. Esses quarenta mil imóveis representavam mais de 80% da área a ser cadastrada. E nós tínhamos uma confiabilidade, porque o próprio Ministério Público usou essas informações constantemente para fazer as suas ações, para fazer as suas investigações, por quê? Porque aquela base de dados tinha uma confiabilidade muito forte, tinha um profissional que se responsabilizava por aquelas informações. Em 2012, o Governo Federal então a partir do Código Florestal, começou a desenvolver o seu próprio sistema: o SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. O SICAR, Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural Federal foi desenvolvido com a premissa de que essa informação é só para monitoramento. Não precisa ter segurança, não precisa ter...

s/nns

0914au17.nns

O SR. ALEX SANDRO MAREGA - ... premissa de que essa informação é só para monitoramento, não precisa ter segurança, não precisa ter dados confiáveis, qualquer pessoa pode entrar e fazer. Primeira coisa que foi abolida no SICAR foi o profissional, agora qualquer um entra lá e faz.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Infelizmente, em 2014, o Governo do Estado tomou uma decisão péssima, como o nosso profissional, o engenheiro falou, o Ronaldo, um tiro no pé. Realmente foi um tiro no pé, pegou os 40 mil imóveis que tínhamos, que tínhamos segurança e que em cima daquela informação conseguimos regularizar os imóveis, licenciar as atividades, fazer os desembargos desses imóveis e jogou para o SICAR.

Era uma informação segura que o profissional fez, que o proprietário pagou para fazer e que está em um processo avançado, ele já tinha um CAR e autorizou jogar no novo sistema. Nesse novo sistema, a partir de agora, qualquer um entra e faz o CAR.

Olha só que número interessante, de 40 mil imóveis, saltamos agora com o início do ano para 113.500 CAR. É um número a ser comemorado. São 113 mil imóveis rurais que foram lançados no SICAR. Você sabem quantos estavam errados nesses 113 mil? Cem por cento. Até aqueles 40 mil que tinham segurança na informação, estavam errados. Por quê? Porque qualquer pessoa entra e faz CAR no SICAR, essa é a premissa, qualquer um pode entrar e fazer.

O proprietário foi lá, contratou um profissional, fez o seu CAR e jogou no SICAR. Naquele mesmo dia chega uma outra pessoa e lança um CAR em cima dele, a informação que tínhamos de segurança lá está por terra, em cima daquela sua propriedade já tem dois, três, quatro, cinco CARs.

Têm casos de 10 CARs em cima da mesma propriedade. Têm casos, por exemplo, que a pessoa estava com o processo de CAR já pronto para ser validado e ele conseguiria com aquele CAR licenciar uma atividade, ou um PEF, ou um manejo, ou um financiamento, ou alguma coisa nesse sentido.

Uma pessoa foi lá e fez um CAR em cima dele, o CAR dele passou a estar sobreposto, não pode mais ser validado. Sabe por que ela fez isso? Para fazer chantagem com o cara; “Olha, se você me pagar, eu tiro o CAR de cima”. Várias denúncias foram feitas na polícia com relação a isso, no Ministério Público.

Vocês sabem como identificam essa pessoa que fez isso? Não há como. Qualquer pessoa. Você pega um CPF de uma pessoa lá da China e você faz um cara aqui, não precisa ter segurança nenhuma, você inventa, pega qualquer informação e lança ali.

Não tinha segurança e não conseguíamos. Sabe quantas propriedades têm embargadas no Estado hoje e que a pessoa não consegue desembargar? Dez mil e quinhentas propriedades embargadas. Como ela desembarga? Tem que regularizar, a Livia do IBAMA está aqui...

s/ cms

0914au018.cms

O SR. ALEX SANDRO MAREGA – ...ela tem que regularizar, a Livia do IBAMA está aqui, ela sabe disso. Para que ela possa desembargar uma propriedade embargada, ela tem que, primeiramente, ter um processo de regularização em andamento, “olha, a pessoa desmatou e agora ela está se recuperando, ela precisa ter um CAR válido e ter um TAC já assinado porque ela vai se recuperar”. Mas, nos últimos três anos desde quando aderimos ao SIMCAR, não se firmou um único TAC no Estado! Sabem por quê? Nós analisamos desse CAR federal somente 2 mil e 500 e só conseguimos validar 100. Mas, mesmo esses 100, um mês depois de ter sido validado ele já estava inválido de novo porque alguém entrou lá e desenhou um CAR em cima!

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Não há como localizar quem é essa pessoa. Identificar quem é que está fazendo esse CAR. Então, isso foi um presente, esse Sistema Federal foi um presente que o governo federal, da época de 2014, deu para o Estado de Mato Grosso. Parou a regularização do Estado. Parou! Ninguém mais conseguia fazer a regularização ambiental e usar as informações para fim de monitoramento, desembargo e licenciar as atividades. É por isso que depois de um ano, um ano e meio a Dr<sup>a</sup> Ana Luiza, a Peterlini, que era Secretária no ano de 2015, mandou pelo menos 10 ofícios, fez pelo menos umas cinco reuniões para o governo federal tentando conseguir esse sistema para nós para que pudéssemos corrigir essas falhas, mas foi negado.

É por isso que no ano passado foi decidido trocar o sistema, construir outro, começar do zero, usar a expertise, o conhecimento que tínhamos em relação a fazer um CAR com qualidade, com aquilo que tem de mais moderno para usar o georreferenciamento para fazer um novo sistema e foi isso que nós fizemos. Foi construído o Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural.

Qual é o objetivo desse sistema? É dar segurança a informação e dar o máximo possível de subsídios para que as pessoas consigam finalizar, fazer o cadastro e finalizar a sua regularização e aí, sim, ter condições de desembargar suas propriedades, ter condições de iniciar a regularização, assinar os termos de ajustamentos junto ao órgão ambiental, poder licenciar as atividades que ele exerce ali e realmente estar legal perante a lei. Afinal, esse é o objetivo do Cadastro Ambiental Rural, é promover a legalização das propriedades rurais em relação as questões ambientais sem fazer todo esse processo de fazer o CAR, validar o CAR, iniciar a regularização ambiental, ninguém irá conseguir estar regular perante a lei.

Temos visto outros estados do Brasil que estão deparando com isso agora. Por quê? Porque o Estado de Mato Grosso foi o primeiro a iniciar a análise, a usar o SIMCAR. Hoje todo mundo fala: “Cadastramos 100% do CAR.”. Mas, quanto foi validado? “Nenhum”. Ninguém consegue validar CAR no SIMCAR, ninguém consegue analisar. A informação que está ali não serve para nada! Nem para monitoramento! Ainda esta semana tive uma reunião com alguns promotores e eles falaram: “Gente, a gente não consegue fazer nada com a informação qu tem aí dentro...”

...s/drm...

0914au19.drm

O SR. ALEX SANDRO MAREGA -...ele falou “Gente, a gente não consegue fazer nada com a informação que tem ai dentro”. Por isso, agora queremos ter essa segurança, o SIMCAR ele foi feito e qualquer realmente pode entrar e fazer não é obrigatório ter o responsável técnico, mas nós recomendamos que se tenha um profissional, que tenha conhecimento e que saiba entrar e fazer, o desenho, fazer o seu CAR com todas as atividades necessárias.

Ah! Mas como que o pequeno vai fazer, e entendo realmente que os sindicatos, associações, muitos possam capacitar pessoas, porque um técnico ele consegue fazer uns CAR por dia, tem profissional ai que eu sei que consegue fazer até, cinco, seis, CAR por dia.

Então, uma prefeitura, uma Secretaria, um sindicato, uma associação, ele consiga reunir para sim essa atividade, chamar para sim a responsabilidade de fazer esse cadastro ele mesmo fazer se responsabilizar, essa responsabilidade é o CPF eletrônico, é ter assinatura eletrônica para que possamos identificar quem é que está mandando essa informação, porque eu duvido. Eu não

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

posso nem duvidar porque com certeza alguém vai fazer isso, vão inserir informações falsa lá mesmo com sua assinatura eletrônica, mas nesse caso, vamos ter como responsabilizar. Eu vou ter que mandar uma denuncia para Policia, o Ministério Público, vai pode acionar essas pessoas.

Então, a intenção é saber exatamente quem que está fazendo essa informação, para vocês terem ideia, o sistema SIMCAR entrou em operação no mês de junho, até agora do cento treze mil imóveis que estava no SIMCAR, vinte dois mil estão já fazendo sua retificação, desses por volta de dez mil já foram enviados para analise, quase onde mil já foram enviados para analise, e nós temos colocado uma quantidade de profissionais para que possamos atingir uma meta de analisar dois mil CAR por mês, agora de inicio até o final do ano. Então, validar dois mil CAR por mês. Mas a partir do ano que vem chegar uma media de analisar quatro mil imóveis, porque, porque você analisa a base de castros que estava no SIMCAR estava o cento e treze mil imóveis, nós percebemos ali que muito deles tem erros tão grosseiros que eles não vão conseguir nem mesmo retificar.

Então, nós entendemos que até vencer o prazo de retificação em torno de 50 mil imóveis vão já ter entrado no SIMCAR, e se nós conseguimos analisar uma media de quatro mil a cinco mil SIMCAR por ano, até o final de 2018 nós já vamos ter validado por volta desse cinquenta cadastro ambiental rural. Esse é objetivo que nós temos, mas é logico, nossa intenção é depois de validada ali que já entrou na base é convocar as pessoas para possam vir e fazer seus cadastros.

Então, a ideia do PRA, porque o PRA ainda não entrou em operação, o sistema está apito pra operar o PRA, mas nós estamos discutido a regulamentação da lei no que tange o PRA, para chegar realmente nos detalhes para que possa ser feito isso de uma forma mais...que não tenha que fazer correções posteriormente. O decreto já foi finalizado...s/dmm...

0914au20.dmm

O SR. ALEX SANDRO MAREGA -... tenha que fazer correções posteriormente. O Decreto já foi finalizado e está agora na parte mais de formatação jurídica e acredito que vai ser publicado até o final do mês de setembro. A partir daí, então, aquele CAR está validado, ele já pode seguir para a parte de regularização ambiental.

Então, a ideia do SIMCAR é promover realmente uma ajuda para que as pessoas possam regularizar, desembargar os seus imóveis e não atravancar o processo dos produtores, dos grandes e dos pequenos. A ideia realmente do sistema é fazer o Estado avançar, continuar avançando como sempre fez, como sempre teve na dianteira, pioneiro, foi o Estado que criou essa metodologia, há mais ou menos 15 anos, e agora continuar mostrando, ensinando para os outros estados como é que faz a regularização ambiental dentro dos imóveis rurais.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Alex Sandro.

Convido para fazer uso da palavra, Livia Karina Passos Martins, Superintendente do IBAMA. Após a fala da Livia, nós ouviremos o representante da FETAGRI e começaremos ouvir a pateia e depois retornaremos à mesa. Tal qual a palavra diz, audiência pública, nós temos que ouvir o povo que vem aqui também para participar.

A SRª LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Boa tarde!

Essas discussões de regularidade ambiental não é a primeira vez que fazemos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Primeiramente, eu quero agradecer o convite e a oportunidade de aliarmos os pensamentos e atualizarmos as diretrizes do que tem acontecido.

Grande parte dos proprietários rurais tem buscado muito o IBAMA para buscar o desembargo das suas áreas, embargam, o instituto que é utilizado pela ação fiscalizatória para promover a recuperação dessas áreas.

Eu não quero me alongar agora, porque eu acredito que vamos fazer algumas discussões, nós temos feito algumas discussões com o sindicato, com a SEMA e com o próprio Ministério Público, uma coisa que é importante deixar registrado aqui é que cada instituição tem o seu papel e o produtor rural também tem o seu papel. Muitas vezes eu vejo o produtor rural desde o assentado ao grande proprietário rural buscar o IBAMA para desembargar, reclamar que tem cinco, dez anos que estão embargados...

...S/LCB

0914au21.lcb

A SR<sup>a</sup> LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS -...reclamar que tem cinco, dez anos que estão embargados. E quando eu pergunto para ele o que ele fez para recuperar a área que está embargada, para retirar o motivo, e ele diz que não fez nada. “Estou esperando a SEMA me dizer”.

Três perguntas que o proprietário rural precisa fazer para já iniciar o seu processo de regularidade ambiental antes de até ouvir a própria SEMA. Primeiro, saber qual o percentual de reserva legal que vocês precisam ter dentro da propriedade. Às vezes tem áreas beira de margem de rio que está desmatada há quinze, dez, quinze, vinte anos. Eu estive no ano passado, eu tenho ido em alguns interiores para conversar nessas discussões. E os filhos tem me dito: “Lívia, na verdade, meu pai desmatou e eu agora que preciso recuperar”. Então, vamos assumir também aqui o papel de que nós também precisamos iniciar no campo o plantio da sua recuperação. Claro. Se a área de reserva legal, se o desmatamento ocorreu depois de 2008.

Eu costumo falar que são três questões que o proprietário rural, seja ele de que tamanho for, precisa responder para começar olhar para dentro da sua propriedade, que ele é o maior conhecedor da sua área, e avaliar o que ele precisa fazer. Primeira pergunta: se ele desmatou antes ou depois de 2008. Se é pequeno proprietário rural ou se é grande, porque se foi antes de 2008 e ele for pequeno proprietário rural ele não precisa até então, porque parece-me que amanhã será a decisão do Supremo sobre isso. Hoje não é? E se a área está inserida no cerrado ou na Amazônia? Então, a SEMA está buscando o trabalho que é longo, que é árduo, de regularização do sistema, e o IBAMA está dependendo disso para poder regularizar e desembargar essas áreas. Contudo, não podemos abrir mão de cada proprietário, olhar o que está acontecendo dentro da sua propriedade. Nós temos sobrevoado as áreas, tem imagem de rios completamente desmatadas, olhos d'águas completamente seco. Os senhores querem ter agricultura e pecuária só para hoje? Ou os senhores querem ter agricultura e pecuária para os seus familiares e descendentes, os filhos futuros? Porque o que me parece, muitas vezes que eu sobrevoou, é que a área está completamente desmatada e fica todo mundo esperando a SEMA e o IBAMA ir voltar para contar.

Eu estou fazendo esta análise crítica porque nós do IBAMA temos muitos problemas, como a SEMA também tem muitos problemas, como órgão público. Aliás, o país inteiro

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

está passando por uma fase muito difícil, os senhores têm acompanhado. Então, o IBAMA tem problemas sérios de atraso, de problemas de atendimento...

...s/tmr...

0914au22.tmr

A SR<sup>a</sup> LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS - ... de atraso, de problemas de atendimento, a SEMA tem também problemas sérios de atraso, de atenção, de conseguir regularizar, mas os senhores também precisam nos ajudar. Buscar associações para se organizar para fazer isso. Os políticos também precisam nos ajudar, e aí, com todo respeito, porque nós também precisamos de legislação própria que promova e ajude o pequeno proprietário rural, o pequeno produtor ajudar a ter recuperação dessas áreas. Nós também queremos ter recursos para isso. Então, precisamos fazer uma avaliação nossa, uma avaliação crítica de cada um de nós do quanto cada um pode ajudar nesse processo.

Hoje o Estado de Mato Grosso infelizmente se mantém no segundo maior desmatador da Amazônia. O Estado de Mato Grosso é um Estado riquíssimo. Eu já trabalhei no Pará, eu já trabalhei em outros Estados da Amazônia, o Estado de Mato Grosso é riquíssimo.

Mas infelizmente, as áreas onde os municípios não desmatam mais, não é porque reduziu o desmatamento, é porque não tem mais nada, porque não tem nem árvore para desmatar. Por isso que a imagem não aparece. Então, o que queremos fazer para o nosso Estado? Então, essa avaliação nós precisamos fazer. Eu não preciso esperar que a SEMA vai a minha propriedade e me diga: “Olha, você vai ter que recuperar a sua imagem de APP, que é a sua margem de rio”. Eu tenho recebido diversas, inúmeras denúncias de assentamento de terras indígenas onde a água sequer chega na propriedade vizinha, porque o proprietário anterior desmatou tudo. Desculpa, eu exagerei na minha fala. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Vamos ouvir agora o Nilton José, que é Presidente da FETAGRI. Não sei se ele vai intercalar com o Adão. O Adão vai falar pela plateia. Pela plateia.

O SR. NILTON JOSÉ – Boa tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco e já agradecer pelo pedido e parabenizar pelo trabalho que vem desenvolvendo perante a frente da agricultura familiar; agradecer em seu nome cumprimentar todo dispositivo da Mesa, as autoridades presentes e cumprimentar a todos, especialmente os dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, nossos diretores da Federação está aqui, o Adão, Diretor de Política Agrícola; Orlando, política do meio ambiente; o Divino, de política agrária; José Aparecido, de políticas sociais.

E quero agradecer .../cac

0914au023.cac

O SR. NILTON JOSÉ - ... políticas sociais. Quero também agradecer e parabenizar a TV Câmara também. Quero mandar um abraço a Porto Alegre do Norte, a Sr<sup>a</sup> Marinalva que está assistindo ao vivo e não só lá, em vários cantos do Estado também.

Falar de agricultura familiar no Estado e não só no Estado de Mato Grosso, mas em nível nacional, é tratar o público diferente. Mas falar da agricultura familiar no Estado de Mato

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Grosso é muito mais diferente do que em outros Estados. Onde que praticamente a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso são assentados. E como assentamento é um problema social, eu até estava fazendo cálculo, com todo o empenho que a SEMA tem, analisar dois mil CARs por mês é só para atender os noventa e sete mil, somando o Estado, somando os créditos fundiários passa de cem mil assentados da reforma agrária, nós vamos ficar quatro, cinco, seis anos só para atender os nossos assentados nós não conseguiríamos fazer.

Então, a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso ela é diferenciada e nós temos que ver isso. E quando nós vamos discutir em Brasília, parece que o Estado de Mato Grosso simplesmente é o agronegócio e não é isso. Aqui tem cidadãos que realmente foi assentado e aí, Deputado Valdir Barranco, com todo respeito a Vossa Excelência, mas não foi assentado, foi jogado. Tem pessoas nos municípios que se voltar há quinze, vinte anos, foi jogado a quase duzentos quilômetros da sede do município sem estrada, sem nada, sem acessar políticas públicas nenhuma. Infelizmente no Estado de Mato Grosso nós ainda temos assentados inicial nos assentamentos há mais de quinze anos que não pegou o PRONAF A. Temos no Estado de Mato Grosso! E nós vemos de tudo que vem acontecendo, não vou nem falar na questão do SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, não vou falar do CAR que era estadual que passou a ser nacional, está voltando para o Estado, nós vimos da própria fala da SEMA que o próprio Estado deu um tiro no pé, mas infelizmente o Estado vai assumir sozinho a responsabilidade, que quem será penalizado será o coitado do assentado, do coitado da agricultura familiar e não só eles, como os outros também. Eu vou até ligar para quem fez o CAR meu que disse estar OK, e agora a própria SEMA diz que não tem nenhum, então ele está mentindo para mim... (RISOS)... Essa é a realidade!

Eu quero parabenizar a todos que estão aqui, porque os que estão aqui, Deputado Valdir Barranco, vou falar em seu nome e para todas as autoridades presentes na Mesa, que quem está aqui não estão sozinhos representando, eles estão representando duzentos, trezentos e até quatro, cinco mil agricultores familiares...

s/nns

0914au24.nns

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO - ... representando 200, 300 e até quatro ou cinco mil agricultores familiar que estão na expectativa de conseguirmos achar uma saída.

A FETAGRI não está aqui para criticar as autoridades, nem SEMA, nem IBAMA, nem criticar ninguém de vocês que estão aqui, estamos para juntamente acharmos uma saída.

Primeiro o PRONAF não liberava, fizemos uma força tarefa, começou a liberar no Estado, depois veio o bloqueio, bloqueou tudo, conseguimos desbloquear, tinham muitos que não eram "sipados" conseguimos fazer na questão de carta de ocupação, agora vem a APF e bloqueia tudo também.

O pior de tudo, está o INCRA, SEMA e o IBAMA aqui, precisamos achar uma saída do que fazer com assentamentos dentro do Estado, assentamento não é igual ao agricultor familiar que tem seu documento, a terra é da União, tem que chamar a responsabilidade da União para que podemos assumir junto a responsabilidade lá.

Até fico, quando o IBAMA fala nas questões que o Mato Grosso é o ranking em desmatamento e tudo, temos que avaliar também que se você for lá no Paraná, não existe o que desmatar mais a não e aquilo que foi plantado, é diferente do Estado de Mato Grosso e é diferente

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

de outros Estados também. Não queremos jamais cometer crimes, acho que a questão da regularização ambiental e fundiária tem que ser tratada com respeito.

Eu vejo assim, nosso objetivo maior é que de fato os agricultores familiares assentados da reforma agrária, em especialmente, tem acesso ao crédito e que permaneça em sua propriedade porque qualquer um de nós se vemos a situação que estão os assentamentos dentro Estado de Mato Grosso e agora sem acessar o pouco de política pública que poderia produzir para que pudesse dar sustento a sua família e não tem essa condição?

Então discutiremos de maneira diferente em Brasília que os programas sociais implantados no Estado de Mato Grosso da reforma agrária foram uma negação e de fato é uma escravidão dentro do Estado. É uma vergonha o que acontece dentro de Mato Grosso e não podemos ficar calados.

Eu só peço assim, já encerrou meu tempo, mas queria que uníssemos as forças. Quando falo em nós, não é somente autoridade presente, não é só nós da federação, são todos vocês aqui representando alguém, são todos vocês preocupados de fato para que aquela família que está com cinco ou seis filhos tenha condições de, pelo menos, ter o sustento de sua família, vestir uma roupa digna e não ter anseio ou vergonha de dizer que é um assentado da reforma agrária, um agricultor da agricultura familiar.

É isso que gostaríamos muito de unirmos as forças porque o Estado de Mato Grosso se pegamos da maneira que está e do que foi colocado...

s/ cms

0914au025.cms

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – ...porque o Estado de Mato Grosso e vamos pegar da maneira que está e daquilo que foi colocado aqui, que a expectativa que vemos na questão da APF, na questão do CAR, não vamos conseguir resolver a situação e os nossos agricultores irão começar, eu não sei o que fazer dentro dos assentamentos dentro do Estado.

O Ministério Público do Estado está aí, eu acho que é de suma importância revermos isso porque estamos tratandó de programas sociais e ele tem que ser diferenciado. Não estamos aqui tratando de um agricultor familiar que ele simplesmente foi lá e comprou a sua propriedade, que ele tem o documento da sua propriedade, que toda responsabilidade é dele. Se for pegar os assentamentos da reforma agrária, primeiro, tinha que desmatar porque senão o INCRA tomava, e depois não pode desmatar, aí quando fala da produção e da organização, gente, vocês não sabem o tanto que é difícil, eu já passei por isso, você trabalhar o dia inteiro, levantar quatro horas da manhã e trabalhar até às sete da noite e você dormir num barraquinho de palha, começar a chover, quando for quatro horas, três horas, duas horas da manhã começar molhar o seu pé, a sua cabeça e você não conseguir dormir à noite, preocupado com seus filhos que eles molharão ou não, se eles estão descansando ou não.

No Estado de Mato Grosso, para vocês verem, estamos com mais de sete mil habitações que é um programa social que é da reforma agrária que está lá dentro, que não conseguimos liberar no Estado de Mato Grosso devido a vários fatores de regularização fundiária, regularização ambiental e vários outros fatores que atrapalham isso.

Desculpa, Deputado Valdir Barranco, eu ter excedido um pouquinho a minha fala, mas eu não poderia deixar de dizer isso porque, na realidade, o que queremos como Federação é

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

realmente resolver em conjunto com vocês todos achamos uma saída para que a agricultura familiar tenha sustentabilidade e dar uma vida digna para suas famílias e seus filhos lá no campo. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu quero convidar o Cândido Teles, que é Presidente do INTERMAT, porque ele terá que se ausentar, tem outro compromisso. O Nilton falou do INCRA e o Cândido vai falar, o Nilton não falou do INTERMAT, mas é a mesma situação.

Os assentamentos do INTERMAT quem vai fazer o CAR? O compromisso é do INTERMAT e nos do INCRA é do INCRA, aí o assentado é penalizado porque o INCRA... Depois falará o Bosco. O INCRA tem condições, tem orçamento para fazer? O INTERMAT tem orçamento para fazer? Como está se planejando? Então, é que o Nilton falou do INCRA, mas estende-se ao INTERMAT que é a mesma situação.

O SR. CÂNDIDO TELES – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco e ao mesmo tempo parabeniza-lo pela iniciativa desta Audiência Pública, eu acho que daqui pode sair encaminhamentos capazes de corrigir...

...s/drm...

0914au26.drm

O SR. CÂNDIDO TELES -...eu acho que daqui pode sair encaminhamentos capazes de corrigir as imperfeições que existe na legislação em relação ao contorno ambiental desse Estado. Quero parabenizar todos que me antecederam, o Secretário Adjunto da SEMA, pelo esclarecimento necessário, enfim.

Quero dizer a vocês que o INTEMAT, hoje, ele tinha cento vinte dois assentamentos, eu disse tinha, porque um nós já encerramos com ele. A determinação do Governador Pedro Taques, é que todos os assentamentos do INTERMAT sejam regularizados, todos vão receber o seu título de propriedade até 31 de dezembro do próximo ano, eram cento e vinte dois assentamentos, onze mil quatrocentos e vinte oito famílias, que estavam ai, muito assentamentos há trinta sete anos que as pessoas como foi dito, jogadas ali, e que elas se agasalharam esperando sobre promessas e promessas e promessas enganados sempre a cada dois anos, e o título de propriedade nunca cegaram a essas pessoas.

Eu quero dizer que uma nós enceramos e Porto Alegre do Norte, está nos ouvindo pela TV Assembleia, é a segunda ser concluída com duzentos e oitenta títulos de propriedades, uma área de mais de vinte mil hectares de terras sendo legalizadas de Porto Alegre do Norte.

É um grande desafio, Deputado Valdir Barranco, porque todos sabem perfeitamente que as finanças desse Estado, quando o Governador Pedro Taques, recebeu ela estava na UTI, respirando com ajuda de aparelho em Estado terminal. Administrar com muito recursos todos administram, com a escacasses é preciso ser competente, preciso saber escolher prioridades, o Governador priorizou agricultura familiar, tem feito grande investimentos, abrindo concurso para EMPAER, para INDEA e para o INTERMAT, é prazeroso dizer, isso, eu vim aqui para Cuiabá com a missão de emitir títulos de propriedades.

Vamos estudar com muito carinho a possibilidade o INTERMAT ajudar no CAR, o que nós queremos e o que o Governo quer é levar uma paz social no campo, onde o grande possa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

conviver com pequeno, com segurança jurídica, com seu título de propriedade, tendo crédito bancário para que ele possa desenvolver sua atividade agricultura, seja grande, ou seja pequeno.

Eu não sei se vocês sabem, nós agora recentemente dia 08 de agosto, o Governador Pedro Taques, assinou aqui no Palácio Paiaguás, um termo de cooperação técnica justamente para viabilizar essas irregularizações, estão presente ali, o Bosco sabe muito bem disso, a União Federal, o Estado de Mato Grosso, todos os municípios do Estado de Mato Grosso, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, porque isso? Como o Estado foi leniente, preguiçoso, estava dormindo, esqueceu das pessoas assentadas durante 37 anos, muitos morreram, se divorciou, vendeu a sua propriedade...s/dmm...

0914au27.dmm

O SR. CÂNDIDO TELES -...durante 37 anos, muitos morreram, se divorciou, vendeu a sua propriedade e agora nós temos que achar uma solução jurídica para agasalhar essa situação.

Então, aqueles casos que não são possíveis serem resolvidos pelo Estado, certamente vamos levar para esse comitê, que vai ter o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, nós vamos agasalhar uma situação para esse cidadão que adquiriu uma terra, uma pequena propriedade há 15, 20 anos. Foi esse guarda-chuva que nós escolhemos para resolver todos os nossos problemas.

Eu não vou me estender muito, mas quero dizer a vocês que me sinto muito bem aqui, porque eu entrei menino na EMBRAPA e saí avô. Eu sou fundador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, entrei no dia 1º de janeiro de 1974 e saí aposentado, ajudei a montar todos os Centros de Pesquisas da EMBRAPA, inclusive Monte Plié/Washington, Estados Unidos.

Então, conheço bem a agricultura familiar, conheço bem a agricultura de precisão.

Quero dizer a vocês que o INTERMAT não precisa mais de intermediário. Quem tiver qualquer assunto de interesse do INTERMAT, vá pessoalmente, que será atendido pelo Presidente. Todos têm direito de conhecer os seus processos dentro do INTERMAT, é público e eu atendo com muito prazer. Aqueles que se dedicam, que vão ao INTERMAT, são atendidos com muito prazer e terão prioridades. Repito: ninguém precisa de intermediário para tratar dos seus assuntos dentro do INTERMAT. O tempo nebuloso passou. Agora queremos construir um novo caminho e esse novo caminho, Deputado Valdir Barranco, é dando segurança jurídica e paz social no campo e na cidade.

Eu encerro deixando aqui um abraço fraterno do Governador Pedro Taques para todos vocês e um compromisso que todos irão receber o seu título de propriedade até o dia 31 de dezembro do próximo ano.

Um abraço!

Desculpem-me porque eu tenho um outro compromisso aqui, com o Deputado Oscar Bezerra. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Cândido Teles, as perguntas que por ventura surgirem aqui, nós vamos anotar e vamos encaminhar lá para o seu gabinete.

Vamos começar a ouvir a plateia, o primeiro a falar é o nosso amigo Gilmar Antônio Brunetto, o Gauchinho, da EMPAER.

O SR. GILMAR BRUNETTO – Boa tarde a todos e todas!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Cumprimento o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa e em seu nome, cumprimento a mesa.

Primeiro que eu me sinto envergonhado de um Mato Grosso pujante, mas um Mato Grosso produtor de corrupção. Novamente expõe Mato Grosso ao ridículo e à corrupção, que acredito que todos aqui devem se revoltar...

...S/LCB

0914au28.lcb

O SR. GILMAR BRUNETTO -...e a corrupção, que acredito que todos aqui devem se revoltar e nós estamos lutando para vencer o produto da corrupção porque as coisas não aconteceram no Estado de Mato Grosso.

Deputado Valdir Barranco, eu comungo com a iniciativa, com a fala, da única mulher que está na mesa representando o IBAMA. Acho que meio ambiente não precisa de lei, precisa de consciência. Se você não tiver consciência, você pode por mil lei que alguém ainda vai dar um jeito de burlar a lei. E o papel da EMPAER, enquanto presidente de sindicato, é trabalhar a consciência, porque hoje, Presidente Milton, a água que está faltando lá tem culpa nossa dos agricultores sim, desmatamos lá a cabeceira do rio, desmatamos as margens, as prefeituras despreparadas não sabem fazer as estradas, fazem de qualquer jeito, entope os rios, então têm outras frentes que nós temos que puxar. E aí, Deputado Valdir Barranco, prestamos agora no meado de setembro, que era para o crédito PRONAF estar lá com o agricultor para produzir, para alimentar a família, para alimentar o Estado e alimentar a nação.

Muito pouco foi feito. O dinheiro não chegou por causa dessa tal de APF. Não houve o entendimento, SEMA, Banco do Brasil, SEAF, IBAMA, sei lá quanto, não se entenderam. E quem está pagando conta é o agricultor. Ele que está pagando a conta, pela irresponsabilidade daqueles que fizeram essa confusão toda. Quem vai resolver isso agora? Quem? Está terminando o mês de setembro. Era para estarem os projetos todos prontos. Vai num banco não dá, vai num outro não dá. Não sei se a culpa é do banco também. E aqui tem um exemplo muito claro. Cadê o agricultor lá de Denise? Eu gostaria, Deputado Valdir Barranco, que desse a oportunidade para aquele agricultor, onde lá é uma família exemplo de sucessão de agricultura familiar. Fez uma roça de melancia de primeira, de melão de primeira, que lugar nenhum não se encontra neste Estado, pagando juro, voltando cheque, ele não conseguiu liberar o custeio dele lá na agência do Banco do Brasil de Denise por causa da APF. Ele está lá com extrato que não pode novamente acessar o crédito. Se alguém duvida desta família, entra no site e veja lá que exemplo de família, que exemplo de família. Mas está para desistir porque ele encontra barreira em tudo que é lugar.

Eu gostaria, Deputado Valdir Barranco, que ele fizesse esse posicionamento aí.

Nós temos mais um grande problema aqui, Deputado, foi criada a lei não me lembro o que... 10 mil e pouco que destina um percentual do FETHAB para a agricultura familiar. Pergunta: não chegou um centavo...

...s/tmr...

0914au29.tmr

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GILMAR BRUNETTO - ... para agricultura familiar. Pergunto: não chegou um centavo para que a EMPAER possa ter as condições ideais para atender os agricultores com qualidade. Não chegou dinheiro para comprar o veículo, para comprar o computador, para comprar impressora, para reformar o escritório, esse dinheiro não chegou. E a lei foi aprovada. Eu entendo, Deputado, se a lei foi aprovada, em janeiro de 2016, esse recurso deveria estar lá. Por que vai para as prefeituras se tem a lei, e para a EMPAER e SEAF não vai? Então, nós temos a APF que judiou do agricultor. Temos a falta de condições para que os profissionais da EMPAER possam executar inclusive contribuir para fazer as APFs. E quem está pagando a conta é o agricultor. Então, nós, enquanto sindicato, somos dignos pelo salário que recebemos. Agora queremos pagar com serviço. E para pagar com serviço, nós temos que ter as mínimas condições para que a nossa orientação em termos ambiental, em termos de agroindústria, em termos de corporativismo, em termos de produzir alimentos limpos possam chegar ao agricultor.

Então, neste momento, eu gostaria, Nilton, de buscar um entendimento tem que dar um jeito agora de acabar com o pessoal da PF e liberar crédito. Não sei onde está o problema. Tem que ser liberado. Porque senão ninguém vai conseguir... e virá para a cidade, lota presídio, lota delegacia, aquela coisa. Foi uma irresponsabilidade do Estado, quando eu falo isso, União, o Estado, a própria Assembleia Legislativa que gasta milhões com propaganda e deveria gastar com outras coisas também, diretamente visitada pela PF, uma vergonha.

Mas, então, eu concluo, senhoras e senhores, precisa a união de todos para que a agricultura familiar sobreviva. Do jeito que está aí. Mais de 60% que estão no campo são agricultores acima de 60 anos. Qual o filho ou a filha que vai ficar lá no cabo de enxada, no cabo da foice, lá no curral com a lama até no joelho do peito da vaca? Não dá. Se não tiver tecnologia, se não tiver dinheiro, essa atividade vai acabar por ineficiência do Estado.

Esse é o nosso entendimento. Perdoe-nos perdoe e unos ajude a limpar Mato Grosso, ninguém aguenta mais essa péssima notícia. Um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Gauchinho, sabe tudo, porque vive na pele a agricultura familiar.

Convido agora o Orlando Luiz Nicolotti, Secretário de Meio Ambiente da FETAGRI; depois do Orlando, é o Geninho, de Campo Verde.

O SR. ORLANDO LUIZ NICOLOTTI - Em primeiro lugar, boa tarde .../cac

0914au030.cac

O SR. ORLANDO LUIZ NICOLOTTI - ... Em primeiro lugar, boa tarde a todos! Quero cumprimentar a Mesa, o nosso Presidente da FETAGRI Nilton, os nossos companheiros sindicalistas que estão aqui e que saíram das suas cidades e estão representando milhares de agricultores que lá ficaram e que com certeza quando retornarem pedirão o que se tratou aqui, se teve alguma luz, se teve alguma esperança, se teve alguma decisão palpável, correta, se realmente vem de encontro com as nossas necessidades, com a necessidade do campo.

A pauta aqui é cadastro ambiental, eu fico preocupado há algum tempo eu já falava antes de migrar o cadastro ambiental de volta para o Estado de Mato Grosso, eu falava em outras audiências que não me preocupava muito a emissão do cadastro ambiental e **sim, sua análise**. Eu fui ridicularizado por algumas pessoas de baixo conhecimento que não estavam analisando de acordo, conforme a necessidade, conforme era preciso com tal seriedade o problema que estava acontecendo

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

e hoje está aqui, em pauta, a ineficiência da emissão do cadastro e o baixo percentual de aprovação. Mas isso, gente, o cadastro ambiental é simplesmente o primeiro passo de uma regularização. Aqui eu tenho o passo a passo num documento inclusive, assinado pela UCV que eu vou ler para vocês um pouquinho. Aqui está dizendo assim: “ O primeiro passo do Cadastro Ambiental, a migração deveria **ter assentamentos**, migração do cadastro ambiental. Segundo, liberação de uma chave para o INCRA, para INTERMAT, para as entidades realmente responsáveis. Terceiro, análise do cadastro com base nos critérios da agricultura familiar conforme lei. Quarto, ao término da análise a SEMA deve comunicar os órgãos fundiários a necessidade de recuperação. O órgão fundiário faz contato com os assentados para elaboração do PRADA ou PRA, conforme a necessidade. Assentados e órgão fundiários assinam termo de compromisso com a SEMA. Cumprimento do TAC pelo assentado em cooperação com o órgão fundiário. Finalizando, a regularização ambiental.”

Agora eu faço uma pergunta aos nobres componentes da Mesa e os companheiros: em que ponto que nós estamos dessa escala, desse passo a passo? Nós não conseguimos sair do primeiro! Eu espero de vocês, me ajudem a raciocinar! Será que eu sou louco, sou bobo...

s/nns

0914au31.nns

O SR. ORLANDO LUIZ NICOLOTTI - ... espero que vocês me ajudem a raciocinar. Será que sou louco? Sou bobo? Sou estúpido? Que eu possa calcular uns vinte anos para chegar isso porque quase dez anos caminhamos dentro de um cadastro ambiental.

É bem difícil, a questão do INCRA vejo companheiros emitindo cadastro ambiental nos assentamentos e tem alguma parte na lei, nas normativas que diz que realmente a obrigatoriedade é do Poder Público de emitir o cadastramento ambiental, mas que o agricultor pode emitir por sua conta se ele achar assim por bem para acelerar o processo de uma linha de crédito e tal.

Só que acontece o seguinte; o INCRA, a INTERMAT e outros, corrigem-se estiver errado, ele não tem uma chave, ele não tem um acesso para emitir cadastro, o técnico não tem essa chave, esse acesso para emitir cadastro ambiental nenhum, como o assentado.

Os cadastros ambientais que os técnicos estão emitindo hoje coloca o nosso assentado como ocupante de uma terra, não colocam como um assentado. Eu pergunto; quando o INCRA, o INTERMAT, o Poder Público fizer o cadastro ambiental verdadeiro é claro que dará um cadastro ineficiente e irregular porque nem qualificado como o assentado está. Isso não é problema só de hoje, é um problema muito grande.

O que falta bastante, fico contente do nosso companheiro, o Marega, tivemos uma conversa ontem lá na SEMA quando decidíamos outro assunto, em que propôs abrir um canal de conversação para que pudéssemos entender e passar aos nossos agricultores o melhor caminho para nos conduzir dentro desse processo que até então não tínhamos dentro da SEMA.

Quando conseguíamos, na marra, insistindo com muita insistência ainda éramos mal entendidos, éramos tratados como pessoas que estavam lá como vândalos, forçando a barra, querendo obter uma informação, sendo ridicularizados. O tratamento dentro da SEMA não foi cem por cento como deveria.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Marega obrigado por abrir essa oportunidade de conversar conosco, obrigado. Que isso não seja só para a FETRAGRI, não seja só para o Secretário do Meio Ambiente, mas que seja para todos os nossos sindicalistas, todo o agricultor que chegar até você para falar de cadastro ambiental.

Esse alinhamento entre INCRA e SEMA é que falta, falta um alinhamento, uma convergência porque um fala uma língua, o outro fala outra. Chegamos na SEMA que diz que está tudo bem, chega no INCRA fala que está bem, mas que não conseguiu. Passa um ano e não conseguiu, passa outro ano também não conseguiu e sofremos as penalidades, nós agricultores...

s/ cms

0914au032.cms

O SR. ORLANDO //// – ...também não conseguiu, passa outro ano também não conseguiu e vamos indo, sofrendo as penalidades, nós agricultores sofrendo as penalidades, não precisa eu citar porque vocês conhecem, todos nós conhecemos.

Quero agradecer a Dr<sup>a</sup> Livia porque todas as vezes que estivemos lá sempre nos recebeu com todo carinho e toda educação, sempre nos atendeu nas nossas demandas.

Obrigado ao IBAMA que está aqui; o INCRA também, o departamento do meio ambiente do INCRA toda equipe sempre nos atendeu, nos passou todos os informes que chegamos até lá, só não nos passou aquilo que eles não tinham no momento em mãos. Obrigado.

Pessoal, poderia eu desfilhar questionamentos até não sei que horas, qualquer um de nós, fazendo discursos imensos, citando todos os problemas da nossa agricultura familiar. Infelizmente, o tempo acabou, tem mais companheiros para falar, a única coisa que peço é que essa...

Deputado Valdir Barranco, parabéns pela iniciativa, eu quero que você se empenhe também, que isso não passe só de uma conversa, que surta um efeito de lei para frente dentro de todos estes questionamentos, que possamos amanhã ou depois encontrar com contigo e dizer: “Valdir, obrigado porque aquilo que nos foi prometido, aquilo que nos foi falado naquele momento, hoje realmente está acontecendo de vero aqui no meio da agricultura.”. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Orlando.

Então, com a palavra, o Sr. Geninho Cristofoli, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde.

O Valdeir Alves Fernandes está nos acompanhando pela *TV Assembleia*, lá do Assentamento Sararé de Nova Lacerda, Bosco, está fazendo uma pergunta que não é do tema atinente a discussão, mas, Valdeir, irei entregar para o Bosco, é sobre crédito habitação e ele depois entrará em contato para responder esse questionamento.

O SR. GENINHO CHRISTOFOLI – Quero cumprimentar neste momento, com muito prazer, o Deputado Valdir Barranco, ao cumprimentar Vossa Excelência cumprimento toda mesa; cumprimento a plateia; as senhoras e senhores.

Eu me chamo Geninho Christofoli, sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde, onde resido há 18 anos, eu assisto seguidamente a *TV Assembleia*, é muito

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

importante, é uma pena que nem todos possam assistir. Eu já estou com 71 anos, parei de trabalhar faz um ano, trabalhei 15 anos como avicultor engordando frango para a Sadia, BRF hoje.

Já fui membro da Federação da Agricultura em Santa Catarina-FETAESC, fui vizinho quase...  
...s/drm...

0914au33.drm

O SR. GENINHO CHRISTOFOLI -... fui vizinho quase de Estado com Adão. O Adão, que foi da FETAGRI aqui estava vinte poucos quilômetros no tempo que o Adão era sanfoneiro, tocava fandango por lá.

Eu fiz parte do anteprojeto, da constituinte de 1988, na época u fazia parte da FETAESC Santa Catarina, Presidente, dos Trabalhadores Rurais, oeste de Santa Catarina.

Eu acho que com a reforma agraria, o Brasil nasceu muito errada, nada contra que era de autoria do Jonas Pinheiro, já na eternidade que eu conheci em Brasília, conheci o Dante de Oliveira, homem das diretas já.

Então, eu tenho uma caminhada, não tive oportunidade de estudar, mas eu já fui agricultor, fomicultor, produtor de erva mate, laranja, suíno, de leite. Só que digo uma coisa, me desculpe se vou falar novamente, os outros companheiros que me antecederam, o Gauchinho e o Nilton da FETAGRI, que já falaram aqui que queria falar, a diferença da reforma agraria em Mato Grosso e nos Estados do Sul. Não sei porque se aqui predomina o agronegócio, nós não temos representação política, mas logo eu vim em 20000 aqui a vi a diferença. Ora! Morar num assentamento, do jeito que está tratado o nosso povo, é melhor ficar na periferia da cidade, aguem já falou aqui que ser assentado não é um privilégio, é um castigo, como é que nós vamos produzir. (PALMAS).

Eu trabalhei aqui em campo verde, eu era agricultor tinha só um aviário, eu aluguei quatro aqui em Campo Verde, eu tinha assistência técnica semanalmente, como é que um assentamento sem documento, sem assistência técnica, sem nenhuma alternativa, como é que ele vai sobreviver e vai produzir, não tem jeito, eu acho que nós temos que lutar para que esses políticos que nós elegemos, porque eles estão lá com nosso voto, na época das eleições nós somos lembrados, os pequenos assentados tem o mesmo valor o voto dele do que do agronegócio.

E mais uma, nós sabemos, vocês são prova disso, que 70% do que vai na mesa do consumidor é do pequeno produtor, não é do agronegócio, e saber produzir quinze anos frango para sadia é para exportação, se quer consumir o frango, era daqueles que eu produza, porque aqui era só Anhambí que vendia no Estado...s/dmm

0914au34.dmm

O SR. GENINHO CRISTÓFOLI -...se queria consumir um frango, era daqueles que eu produzia, porque era só Anhambí que tínhamos no Estado, e assim por diante. Vocês sabem melhor do que eu. Nós precisamos que essa reforma agrária no Mato Grosso seja igual a de outros estados. O Oeste de Santa Catarina é exemplo para o País, eles têm representação política, eles produzem, eles vendem, eles têm muito bem organizado. Por que é que no Mato Grosso é diferente?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu acho que nós temos que dar duro nas nossas autoridades, que aqui já falaram, tomara que seja, mas que saia do papel.

Outra coisa que eu quero chamar atenção de vocês, está previsto, até 2025, ficarem somente 8% do trabalhador rural no meio rural. O porque eu já falei, vocês sabem. E aí, quem vai produzir aquilo que nós estamos consumindo, hoje, da agricultura familiar? O que é que vai acontecer?

Esses dias estava o pessoal do Tribunal de Contas na minha cidade, eu faço parte de quatro Conselhos Municipais, eu sou aposentado com um salário e vivo igual, trabalho para a população do meu município, eles falaram que nós temos que trabalhar para diminuir a Minha Casa Minha Vida, a Bolsa Família. Eu falei para eles: vocês estão despreparados, as autoridades federais, estaduais e municipais estão despreparadas, porque o dia que ficarem 8% do povo na roça, eles vão encher os cinturões das cidades e aí que vai precisar mais de Minha Casa Minha Vida, muitos problemas sociais que irão acontecer.

Então, nós temos que trabalhar em cima disso para que o povo que tem vocação de produzir alimento fique na terra, fique na sua propriedade, mas as autoridades têm que dar todas as condições para que ele possa produzir, porque nós sabemos que o agronegócio tem tudo e o pequeno não tem nada.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Agradeço ao Geninho.

Vamos voltar aqui para a mesa, convido o Sr. João Bosco de Moraes, Superintendente Regional do INCRA.

O João Bosco vai dividir a sua fala com o Marcos, que é técnico da área ambiental do INCRA.

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES – Cumprimento a mesa dos trabalhos na pessoa do Deputado Valdir Barranco; Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI; demais trabalhadores...

...S/LCB

0914au35.lcb

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES -... dos trabalhos na pessoa do Deputado Valdir Barranco; Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI; demais trabalhadores aqui presentes, Presidente do Sindicato; Assistente do IBAMA, Lívia; o nosso corpo técnico do INCRA que está aqui presente, o Marcos Felipe, o nosso responsável pela área ambiental do INCRA; a Engenheira Verônica; o nosso chefe de desenvolvimento que está aqui presente, o Adair que foi prefeito de uma cidade pequena de Mato Grosso, hoje está no INCRA colaborando com a questão dos trabalhadores, dos assentados, dos acampados em Mato Grosso.

Eu quero ser breve, aqui estão as autoridades do Estado, como foi colocado aqui Federal, Estadual, Municipal e Legislativo. E vamos no foco, que o convite hoje para esta Audiência Pública é a questão da regularização ambiental. Mas o INCRA também como faz parte dessa questão, existe também um setor ambiental que o Marco vai colocar como está essa questão da regularização ambiental dos assentados, mas eu queria apenas colocar assim, Deputado, que o INCRA enquanto instituição no Mato Grosso vem fazendo a sua parte. Como foi colocado pelo Presidente do INTERMAT, esse ano nós já expedimos nos assentamentos de Mato Grosso 1.150 títulos. É pouco. Com relação a questão da regularização ambiental estamos com dificuldade.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Inclusive, estamos discutindo junto com a própria SEMA, com o IBAMA, a questão das invasões da reserva que é um problema sério aqui em Mato Grosso. E a questão que foi colocada aqui, a questão da reforma agrária de Mato Grosso não é só em Mato Grosso, talvez o modelo está errado é no País. O Sul que é um Estado desenvolvido, mas aqui em Mato Grosso bem como foi colocado, as prioridades talvez foi colocado para o agronegócio. É realmente uma dificuldade para os pequenos.

Essa questão da APF que foi colocada que é o foco principal, eu quero colocar enquanto gestor do INCRA de Mato Grosso, nós não temos condições estruturais e nem financeira, Deputado Valdir Barranco, deixar bem claro isso, que o CAR, realmente, igual foi colocado aqui, quem tem que fazer é o INCRA, nos assentamentos, como o Estado também quem faz do INTERMAT, o assentamento também do Estado quem tem que fazer é o INTERMAT...

...s/tmr...

0914au36.tmr

O SR. JOÃO BOSCO DE MORAES - ... quem tem que fazer é o INTERMAT, o Estado. E os trabalhadores realmente estão sendo penalizados. Têm alguns trabalhadores, alguns assentados que estão fazendo por sua própria conta. Essa preocupação não é só do INCRA de Mato Grosso. Nós temos colocados todas as reuniões que nós temos feito em Brasília e formalizado, nós temos colocados isso também. Deixa isso claro que não temos esse recurso para fazer o CAR lote a lote. Está colocado. Foi colocado, pedido para que coloque isso na LOA do ano que vem, mas diante não eu sugiro, Deputado, o seguinte: Que nessa discussão que está travando na Assembleia Legislativa muito bem liderada por Vossa Excelência, que saia daqui um prazo para os assentados. Realmente não sei se é mudar esse decreto, Vossa Excelência, que é do Legislativo, conhece bem do assunto, conhece bem essa questão, dar um prazo aos assentados. Não só da agricultura familiar. Quem já tem o documento, tudo bem. Mas os assentamentos não têm os seus títulos de propriedade. Então, que saia um prazo de dois anos, eu não sei se seria dois anos, três anos. Não sei, porque o INCRA realmente, estamos sendo sinceros. Nós não temos condições - o Marcos Felipe vai falar aqui - e nem pernas para fazer esse CAR mesmo que venha dinheiro não tem uma estrutura operacional para isso.

Obrigado! Que Deus nos abençoe e continue para sair uma alternativa dessa Mesa juntamente com os trabalhadores. Marcos Felipe se você quiser agregar aqui, faça o favor.

Marcos Felipe é uma das boas aquisições do INCRA nestes últimos concursos que o INCRA fez. Técnico de primeira qualidade da área ambiental, nosso chefe da área ambiental. Obrigado pela participação, Marcos.

O SR. MARCOS FELIPE – Boa tarde!

Fui pego desprevenido pelo Bosco para falar para vocês, não foi combinado, mas vou tentar explicar rapidamente como está essa questão do CAR, da APF dentro desse contexto dos assentamentos federais, assentamentos do INCRA.

Tirando os assentamentos do INTERMAT, aqueles assentamentos que são de domínio municipal também, nós temos um pouco mais de 400 assentamentos federais no Estado. Eles vinham sendo cadastrados, através do SILAM, que já foi explanado, que foi o primeiro sistema de cadastramento ambiental que teve aqui no Estado. Isso vinha sendo feito de forma direta pelo INCRA. Então, os próprios servidores iam até os assentamentos fazer o levantamento assim como um profissional, um engenheiro florestal, um agrônomo faz. O servido do INCRA .../cac

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES**  
**REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO**  
**DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

0914au037.cac

O SR. MARCOS FELIPE- ... faz. O servidor do INCRA ia pelo assentamento fazer o levantamento de todas as feições das nascentes dos rios e fazia o cadastramento da propriedade. Isso de certa forma era moroso, porque são poucos servidores que tem essa atribuição do INCRA. E esses mais de quatrocentos assentamentos que eu já falei para vocês tem problema de deslocamento para esses assentamentos e todas essas questões que vocês já conhecem.

Então, na época do sistema CILAN fez dezessete assentamentos. Dezessete assentamentos foram inseridos no sistema do CILAN que vem sendo analisados pela SEMA cumprindo pendências para chegar na regularização ambiental. Em 2014, quando mudou o sistema para o SICAR isso virou uma estratégia nacional, porque antes o cadastro era só em Mato Grosso. Então virou uma estratégia Nacional do INCRA fazer o cadastramento dos assentamentos. Virou até uma das obrigações do INCRA fazer esse cadastro dos assentamentos.

A Universidade Federal de Lavras foi a universidade que colaborou com o Ministério do Meio Ambiente para fazer o sistema do SICAR foi a mesma entidade que o INCRA fez um convênio para fazer o cadastro dos assentamentos pelo próprio conhecimento que a universidade tinha sobre o caso. Então, não pegou qualquer entidade para fazer, pegou aquela que o INCRA achou que teria mais condições de chegar nesse objetivo. Foi feito um termo de execução descentralizada com a Universidade Federal de Lavras. Eu não recorro do valor, mas não sei se foi quatro ou sete milhões de reais, uma coisa assim, para fazer o cadastramento dos assentamentos de todo Brasil, de sete mil e quinhentos assentamentos federais aproximadamente.

O trabalho foi inicialmente de passar todo o perímetro dos assentamentos para o pessoal de Lavras, as informações dos assentados, CPF, nome, todas as informações que o INCRA tinha para o pessoal da Universidade Federal de Lavras fazer o cadastramento. Hoje, como está? Chegamos numa taxa de 96% do perímetro dos assentamentos federais de Mato Grosso estão inseridos no SICAR. É uma das taxas mais altas que temos no país, tem Estado que conseguiram percentuais bem baixos, mas em Mato Grosso um pouco do empenho da equipe do meio ambiente de levantar as informações, de passar tudo para Lavras, conseguimos chegar nessa taxa de 96%...

s/nns

0914au38.nns

O SR. MARCOS FELIPE - ... conseguimos chegar a essa taxa de 96% dos assentamentos.

Agora estamos nesse desafio, os assentamentos foram migrados para essa nova base do SICAR e precisarão de retificações, a equipe da coordenação nacional de meio ambiente virá para cá na próxima semana, teremos uma série de reuniões. Já tem uma reunião agendada com o Marega, tem uma reunião agendada com a Lívia para discutirmos isso e como acontecerá essa migração desses 96% dos assentamentos que estão no SICAR.

Como operacionalizamos isso dentro do SICAR porque precisam ser feitas correções, o SICAR é um sistema mais robusto, que consideramos uma melhoria porque justamente o Marega abordou bem, ele é mais complexo, com mais informações. Acho que é um avanço sim.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Precisamos lidar com isso neste momento de passar essas informações que já estão cadastradas para esse sistema estadual e fazer as devidas adequações. Posteriormente ver como faremos com a questão da individualização desses cadastros, pois achamos que seria o ideal.

Meu tempo já foi esgotado, acho que podíamos avançar um pouco mais na discussão de como está a situação dos assentamentos. Obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Marcos.

Voltaremos à plateia. Com a palavra o Vereador Bartolomeu Júnior, de Canabrava do Norte para fazer sua contribuição porque ele tem um compromisso logo em seguida. Depois retornamos para ouvir o homem do dinheiro, do Banco do Barsil para nos dizer quais são os impasses.

Aos poucos vão saindo daqui alguns encaminhamentos, a Livia está com uma sugestão já, acho que até o final teremos encaminhamentos importantes.

Bartolomeu com a palavra, jovem revelação do nosso querido Araguaia.

O SR. BARTOLOMEU JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas. Para mim é um grande privilégio estar em uma audiência pública desse porte, com todas estas autoridades e órgãos do Governo.

Primeiramente, parabeno o Deputado Valdir Barranco pela ideia e por fazer audiências, tive oportunidade de participar de outras audiências, acho que é dessa forma que realmente fazemos um mandato popular e que ouvimos e apontamos para fazer e elabora políticas públicas que sejam...

s/ cms

0914au039.cms

O SR. BARTOLOMEU JÚNIOR – ...fazer e elaborar políticas públicas que sejam, que venham ao encontro da necessidade da população.

Falar a respeito do CAR e da APF temos até uma certa... sofremos na pele os efeitos de todas as turbulências dessa insegurança jurídica que vem passando todos os produtores rurais, em especial, os agricultores familiares do Estado, eu sou técnico da EMPAER também e nós temos um grande problema na região do Araguaia e eu acho que é igual para todo o Estado, a respeito da regularização ambiental. Que fique claro também que eu acho certo e justo que todas as propriedades sejam regularizadas ambientalmente.

Mas, também eu acho justo que a agricultura familiar, em especial, aquelas que são frutos do Plano Nacional de Reforma Agrária e habitam os demais projetos de assentamentos Mato Grosso afora, que tenham regime diferenciado para ser tratado porque é outra realidade. Inclusive, em questão do financiamento do apoio ao crédito, do incentivo ao crédito, para que possamos produzir.

É interessante dizermos e ressaltar o que o produtor falou, o que é agricultura familiar, o que ela representa, o que ela tem de importante para a sociedade como um todo. Eu acho que isso também tem que levar em consideração, porque agricultura familiar representa 70%, ela produz 70% do que está na mesa de todos os brasileiros.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Hoje se tem uma insegurança jurídica muito grande. Hoje o produtor chega no escritório da EMPAER e fala: “E aí, o que que eu tenho que fazer?”. Eu falo, e aí eu não sei. Porque nós tínhamos, como foi bem falado, o sistema estadual, passou para o nacional e agora voltou para o estado de novo. E aí, o que é que irei dizer para o produtor? Não, a lei hoje está assim, mas amanhã muda. “Ah, mas você me falou errado, me orientou errado”. Então, eu falo: eu não sei o que orientar numa coisa como essa. Antes para liberar crédito precisava do CCU, assim que eu entrei na EMPAER. Aí o INCRA tinha uma grande dificuldade e tal, isso foi motivo de bloqueio por parte do banco para liberação.

Constantemente tem alguns pontos que bloqueiam o crédito ao pequeno produtor e agora é a APF. Eu fico questionando qual é a real necessidade da APF? Porque a APF é um caminho para se conseguir a LAU pela legislação. Por que já não faz a LAU? Também se tem a agricultura familiar, em especial os assentados da reforma agrária em regime especial, para que tenhamos essa segurança e possamos fazer com que a agricultura familiar seja igual o nobre...  
...s/drm...

0914au40.drm

O SR. BARTOLOMEU JÚNIOR-...e possamos fazer com que agricultura familiar seja igual nobre presidente de sindicato, falou, tem a sucessão porque tem a grande empasse a grande preocupação nossa como técnico também que atende agricultura familiar.

Eu acho que é são essas considerações que tínhamos que tratar, porque eu tenho pastas e pastas em cima de minha mesa para mandar para banco a respeito do credito do PRONAF-A, aquele inicial para dar suporte para o produtor que está assentado e que o banco me devolveu por falta da PF. Agora o produtor tem que pagar trezentos, quinhentos, até mil reais eu já vi na região lá, para que se possa acessar um crédito de vinte cinco mil reais, ele consiga permanecer na terra. Então, esse é a grande problema.

Mas uma vez agradecer a oportunidade, audiência capitaneada pelo nosso Deputado Valdir Barranco, e que tenhamos um bom debate nessas próximas horas.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado Bartilomeu, eu convidar o Adão da Silva, Secretário de Políticas Agrícola da FETAGRI, ele quer apresentar alguns encaminhamentos da federação.

O SR. ADÃO DA SILVA – Cumprimento, o Deputado Valdir Barranco, em seu nome quero cumprimentar todas as autoridades da mesa, e já inicialmente parabeniza-lo pela ação principalmente na discussão desse tema tão importante que é a regularização ambiental em nosso Estado e a urgência do Cadastro Ambiental Rural como também da autorização provisória do funcionamento rural.

Nós temos aqui em mãos, um requerimento da federação, mas antes quero pelo menos uns dois minutinhos para fazer um relato da situação também que é importante. Eu vejo que até agora não saiu encaminhamento e nós precisamos tirar encaminhamento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Eu como Secretário de Política Agrícola da Federação e como já fui presidente, temos um conhecimento amplo do assunto, aí a cobrança vem para federação de mais de cem mil pequenas propriedades que atinge mais de mil trabalhadores rurais neste Estado. E aqui estamos no lugar certo, onde discute lei, não adianta eu chega aqui e cobrar da SEMA, o qual quero parabenizar o Alessandro pela franqueza de fala do sistema que não funciona e também não adianta vir aqui cobrar do Banco do Brasil que não libera o credito, essas organizações e instituições tem que seguir a lei e a lei quem faz , discute, faz e aprova é esta Casa...s/dmm...

0914au41.dmm

O SR. ADÃO DA SILVA -... e a lei, quem discute, faz e aprova é esta Casa. E aí nós temos que falar aqui do Congresso Nacional, do Senado Federal e do Governo Federal, que traz aí a lei 12.651 de 2012, lá no art. 29, inciso III que fala que até 31 de dezembro deste ano de 2017 todas as propriedades no Brasil têm que ter o CAR. Todas, não fala de APF e nem de licenciamento ambiental, que é obrigatório. É o CAR. O recibo do CAR para se ter o crédito aqui no Estado de Mato Grosso é diferente. Aqui, além de você ter o recibo do CAR, você precisa de uma autorização do órgão ambiental.

Foi aprovada uma lei por esta Casa, que é a Lei Complementar 592/17, regulamentada pelo Decreto 1.031 e o Estado esqueceu que lá no artigo 13 do Decreto 1.031 fala que a obrigação de fazer o Cadastro Ambiental Rural nos assentamentos é do órgão fundiário. Ou seja, o INCRA, o Estado e o Município aonde tem casulo. Se nós olhamos das mais de cem mil pequenas propriedades que estão nos assentamentos do Mato Grosso, 90% dessas não tem o CAR. E não consegue fazer porque também não tem uma lei que fala que o assentado pode fazer o CAR. Se eu for ao INCRA, “não, você pode fazer”, mas na lei não fala nada. Aí o Ministério Público Federal questiona, e com razão, porque quem fez o assentamento tem que fazer o cumprimento da legislação ambiental. E começa pelo cadastro da propriedade no sistema de informação, que é o CAR. Aí vem o Presidente do INTERMAT aqui, “até o final do ano que vem vai titular todas as propriedades”. Acho impossível. É importante, importantíssimo, porque é um documento necessário, o título. Agora, é uma maneira também de sair fora da responsabilidade de fazer o CAR. Eu acho que tinha que fazer o CAR.

Então, eu quero trazer essa preocupação, nós temos uma pendência no Estado enorme. O Banco do Brasil, SICRED e o Banco da Amazônia liberava de 50 a 60 milhões/mês do PRONAF, hoje não chega a 20 milhões/mês, porque a maioria do crédito do PRONAF de Mato Grosso sai para assentamento, que aonde está a agricultura familiar. Nós temos mais de dez mil projetos no Banco do Brasil, do PRONAF A...

...S/LCB

0914au42.lcb

O SR. ADÃO DA SILVA -... Nós temos mais de dez mil projetos no Banco do Brasil, do PRONAF A, não libera porque a lei fala que tem que ter APF. Aí vem um Decreto nº 1.137 que prorroga o prazo de validade da APF para 28 de fevereiro e dizendo que até o dia 31 de dezembro desse ano não precisa APF. Só que não precisa onde já foi área financiada. Com a mesma cultura, o mesmo financiamento. E o assentado do grupo A do PRONAF nunca financiou. É o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

primeiro crédito. Então, tem que alterar a lei, Deputado Valdir Barranco. Tem que chamar os 24 Deputados e alterar a lei, porque senão a SEMA vai continuar fazendo o que está fazendo. O Banco do Brasil vai continuar fazendo, exigindo o documento que está na lei. Eles não loucos de... o Ministério Público Federal entrar com uma ação contra o banco. Por isso, tem que alterar a lei. Inclusive, aqui tem que intervir junto ao Governo Federal para alterar a lei 12.651 que trata também do Cadastro Ambiental Rural e do Plano de Recuperação.

Uma outra situação: o Estado não tem o programa para chegarmos lá e olha: “desmatei, e depois de 2008 não tem um programa para mim apresentar um plano de recuperação”. E aí não sai a autorização da propriedade dele mesmo sendo que ele tenha 95% de área consolidada que já vem produzindo a vinte, trinta, cinquenta anos. Tem que alterar a lei. Não tem outra saída. Eu concordo com o IBAMA. Tem que preservar. Com certeza tem que preservar. Mas de que forma nós vamos repor isso? Tem uma proposta no Estado? Não tem. Eu vou plantar o quê? Somente nativa? Posso consorciar com fruticultura? O que eu posso fazer? Que tive de financiamento vai ter?

Então, é isso que precisamos.

E a FETAGRI fez um requerimento urgente considerando a edição da Lei Complementar 592 de maio de 2017, que dispõe sobre o programa de regularização ambiental do Estado, considerando que após a vigência de novo plano de safra de Mato Grosso, o Banco do Brasil principal agente financiador da agricultura familiar com base nessa lei estadual está exigindo que os assentados apresentem autorização provisória de funcionamento de atividade rural dos imóveis rurais para acessar os créditos. Considerando, para requer a APF, um dos requisitos é a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural considerando que lá no art. 13 do Decreto 1.031, a responsabilidade de fazer o CAR é do órgão fundiário e não do assentado, então o Estado pecou com isso, isso é crime, a União está pecando com isso também porque a partir do dia 01 do ano que vem tem que ter o CAR todas as propriedades, e aí o INCRA não fez, não tem condições de fazer o CAR até o final do ano. Não tem nem dois, três anos...

...s/tmr...

0914au43.tmr

O SR. ADÃO DA SILVA - ... não tem condições de fazer o CAR até o final do ano. Não tem nem dois, três anos, mesmo que tenha dinheiro. Então, onde está o erro?

E não vou ler os dois outros trechos, só no final.

“Considerando as inúmeras reclamações recebidas por esta Federação em relação a essa exigência descabida da APF na liberação de crédito, bem como no intuito de atender a necessidade de milhares de famílias que hoje estão de mãos e pés amarrados frente à legislação que não atende a realidade, requer urgentemente a retificação ou alteração da lei no sentido de garantir que os assentados de Mato Grosso não sejam prejudicados por omissão dos órgãos fundiários, não padeçam, mais uma vez, pela ineficiência do Estado no cumprimento do seu dever por realizar o CAR não é obrigação dos assentados”.

Estamos requerendo, Deputado, que Vossa Excelência encaminhe isso para esta Casa de Leis e o próprio Governador e nós estamos à disposição para discutir o assunto, criar um grupo de trabalho envolvendo a SEMA, IBAMA, INCRA, Ministério Público, Assembleia Legislativa, INTERMAT, para que tenhamos uma solução. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Vamos convidar o Whelen Gonçalves de Arruda, Gerente Geral de Agência, neste ato representa o Superintendente do Banco do Brasil, Sotero Sierra Neto.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA – Boa tarde a todos!

Agradecer a oportunidade ao Deputado Valdir Barranco por estar participando dessa verdadeira aula de conhecimento em relação à agricultura familiar, a situação em que hoje paira sobre o Estado de Mato Grosso.

O Superintendente Sotero não pode estar nesta Audiência Pública devido a colocação de agenda, mas eu estou aqui representando.

Eu sou da agência Setor Público Cuiabá. Há pouco tempo estava na Superintendência e lá eu trabalhei muito, além da área de Governo, mas da área de desenvolvimento regional sustentável. Já tive oportunidade junto com o Adão, do FETAGRI, na época do PNHR, que louvo o trabalho do pessoal do FETAGRI. Fizemos muitos combinados. FETAGRI representando as associações na época do PNHR, conseguimos avançar muitos com os combinados que fazíamos com aquela entidade.

Hoje dentro da agência trabalhamos muito próximo com a SEMA, a Mauren está aqui, muitos combinados para tentarmos .../cac

0914au044.cac

O SR. WHELEN GONÇALO ARRUDA - ... muitos combinados para tentarmos sempre alavancar o processo dentro do Banco do Brasil.

Eu estou acompanhado por três colegas do Banco: Dr. Cássio, nosso chefe do Jurídico do Banco do Brasil; a Sr<sup>a</sup> Patrícia, que é a nossa gerente de mercado do agronegócio que também trata de assuntos da agricultura familiar e o nosso esperto, que tem a expertise do agronegócio, o Sr. Luiz Fernando, que muitos devem conhecer.

Falar de Mato Grosso para mim é fácil. Eu sou mato-grossense, sou cuiabano, vocês devem ter percebido pelo sotaque, já andei muito em Mato Grosso, já comprei pinga no Sr. Pedro, em Juína na época em que eu era sanfoneiro, viu Sr. Adão? Eu também era sanfoneiro nessa época de 1991. Já comprei pinga lá, já comprei linguça em Indiavaí quando ia visitar o Projeto Casulo, em Reserva do Cabaçal. Então, falar disso é muito fácil. Vocês praticamente já fizeram um direcionamento com relação aos problemas que estão ocorrendo que o Sr. Adão bem explicou aqui, e o Banco do Brasil nós temos duas óticas em relação a esse processo. Uma ótica é a questão da legislação para que aconteça o crédito ao agricultor familiar ou da agricultura que estamos tratando aqui. Por outro lado também temos uma preocupação de onde vem o dinheiro. Eu vou falar uma palavra bonita agora só para impressionar, de onde vem o **vending** com relação a esses financiamentos, de onde vem o dinheiro. E essencialmente para o PRONAF, vem do FCO nos investimentos e vem de um recurso controlado de 6.4, não é Sr. Luiz? No caso de custeio.

Então, a nossa preocupação com a legalidade, é para que não tenhamos bloqueios futuramente. Porque se não fizermos certo agora, futuramente teremos bloqueios. E tudo isso passa por uma legislação que atenda, inclusive, eu me disponho a falar com o colega citado de Denise, pelo Gauchinho, para ver a situação dele para vermos se conseguimos resolver algum processo. Quanto a legislação que foi tratada aqui, quanto essencialmente a prorrogação promovida pela SEMA, o Banco do Brasil conseguiu dentro da área de segurança institucional, dentro da área jurídica do Banco, dentro da Diretoria específica de área, financiar sem pedir nada naquelas condições dadas a prorrogação. Então estamos fazendo sem pedir nada. Estou mentindo, Sr<sup>a</sup> Patrícia? Nós não estamos pedindo nenhum documento, estamos fazendo a prorrogação porque já

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

conhecemos essas pessoas, já temos a experiência do crédito com essas pessoas para poder dinamizar. Mas nos casos, como bem falou o Sr. Adão, do PRONAF A, que estamos conhecendo a pessoa, está chegando hoje dentro da nossa agência, nós não temos como fazer. Apesar da SEMA fazer o melhor esforço, fazer uma nota técnica, mas nós não achamos conforto jurídico, Sr<sup>a</sup> Mauren, para tanto. Nós precisamos, sim, de um conforto jurídico dentro da legislação...

s/nns

0914au45.nns

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA - ... para tanto, precisamos sim de um conforto jurídico dentro da legislação, algo publicado, algo que tenha realmente uma força jurídica, que seja decreto, ou lei, ou instrução normativa, seja o que for, mas a nota não deu conforto para nós.

E tentar desmistificar que não tem dinheiro, é mentira, temos e muito dinheiro sim. Eu nunca vi dentro do Banco, tenho 17 anos de Banco, meta menor à do ano anterior, a nossa meta é maior do que a do ano anterior, com certeza.

Contudo, estamos hoje com menos cem milhões, se contar de maio a setembro com menos cem milhões aplicados na agricultura familiar, menos cem milhões em relação ao não passado.

Pode ser que aconteça, não quero apavorar ninguém, porque acho que a partir de uma iniciativa como essa e com, principalmente, o Governo do Estado vindo e mostrando, a Assembleia envolvida, as entidades de classe, nós achando uma solução, o Banco está pronto para operar e conseguimos não perder 300 milhões este ano.

O que queremos é falar o seguinte; que temos conhecimento dos 122 assentamentos que o INTERMAT tem, temos conhecimento dos 550 assentamentos legados ao INCRA que representam 82 mil famílias, falarei o número exato, 82.747 famílias, podem olhar no site que está lá. Nós tentamos, lógico que o Mato Grosso é um Estado muito continental, tentamos abranger sim os quase sete milhões de hectares que estão destinados a esse público.

Em toda dificuldade, achar funcionários para o Mato Grosso é complicado, mas tentamos fazer sim e atender vocês sim. Para nós não existe diferença entre crédito A, crédito B, ou quem é que entra na agência, queremos, realmente, atender, mas precisamos de condições legais para que isso aconteça, não podemos, simplesmente, sermos irresponsáveis e depois causar um problema para o próprio CPF de vocês porque lá na frente alguém pode questionar a atitude que foi realizada.

Em que pese toda essa situação, fazemos sim baseado no Decreto e que facilitou bastante a nossa vida para tentar prorrogar, pelo menos, a situação daqueles que já operamos, já conversamos com o Deputado que nos procurou, conversamos com as secretarias, a SEMA, em junho, nos ajudou bastante para alavancar o processo, o Guabi não está aqui hoje, Maurinho, mas ele nos ajudou bastante, reconheço isso realmente. Com as entidades de CARs conversamos bastante para resolver, fazemos umas coisas para melhorar, inclusive, a questão de assistência técnica há, pelo menos, um ano e meio...

s/ cms

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0914au046.cms

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA – ...a questão de assistência técnica. Há, pelo menos, um ano e meio, dois anos, o banco doou algo em torno de 50 computadores para a EMPAER para tentar ajudar dinamizar, ou dar condições para EMPAER realizar os trabalhos. Então, o que pudermos fazer vamos conseguindo, mas precisamos dessa segurança da legislação. Eu repito: recurso tem e se Deus quiser, vamos conseguir resolver os problemas levando em consideração cada ponto colocado aqui, cada ponto colocado pela Federação, pelo IBAMA, que foi muito providencial e pelo próprio INCRA. Ainda vamos ouvir o Ministério Público quanto a isso pelo Deputado, mas precisamos realmente...

Aqui só somos uma parte do processo e temos essa responsabilidade ao lado dos senhores, do CPF de cada um dos senhores, como também temos a responsabilidade de onde veio o dinheiro. Afinal, se não aplicarmos conforme as regras de onde vem o dinheiro, nós também teremos problemas com bloqueio, por isso nós ficamos pregados a legislação.

Se Deus quiser faremos uma festa ainda e coloca o Adão para tocar essa sanfona dele, que eu não sabia que ele era sanfoneiro.

Muito obrigado, Deputado, pelo convite...(PARTICIPANTE FALA DA PLATEIA – INAUDÍVEL)... Eu vou passar vergonha porque já fiquei sabendo que ele toca, eu toco oito baixos, dele é 12 para cima.

Muito obrigado pela oportunidade, Deputado, e havendo alguma dúvida estamos à disposição, tanto eu quanto a Patrícia, quanto o Luiz para tentar desmistificar tudo isso aí. O Banco do Brasil está disponível para vocês, está de portas abertas para o PRONAF A até o PRONAF “Z” se acaso tiver, e tem dinheiro, gente, vamos lá que a meta é nossa. Ok? Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Whelen.

Nós vamos ter que encontrar uma solução porque é muito dinheiro parado e os agricultores familiares penalizados ainda, quero convidar um deles, o Almir Rogério, que é agricultor familiar de Denise. O Gauchinho na sua fala já citou ele, que está penando com essa deficiência causada pelo sistema.

O SR. ALMIR ROGÉRIO – Uma boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco, em nome dele cumprimento todos os presentes a mesa e a plateia.

Quero dizer, Deputado Valdir Barranco, que estou muito feliz pela iniciativa do Deputado. O Deputado quando ainda superintendente foi o primeiro e único Superintendente do INCRA que visitou o nosso assentamento lá, o Nossa Senhora de Fátima, não sei se o senhor se lembra. Mas, desde então...

...s/drm...

0914au47.drm

O SR. ALMIR ROGÉRIO-... o Nossa Senhora de Fátima, não sei se o senhor se lembra. Mas, desde então temos apostado no trabalho dessa pessoa, do Deputado Valdir Barranco.

E quero narrar aqui um pouco da nossa dificuldade lá como assentando, eu como trabalhador rural lá no P.A Nossa Senhora Fátima em Denise há mais de trinta anos que estamos lá, com toda dificuldade, antes mesmo, depois o INCRA entrou lá para legalizar as terras em 2005, recebemos o CCU, aí veio a questão da exigência do CAR, tivemos esse embargo para ter acesso ao

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

financiamento com essas exigências, depois o INCRA fez em 2014, o CAR coletivo, conseguimos ter acesso ao crédito no ano passado.

Mas este ano estamos com projeto de custeio, da melancia, porque eu sou produtor de melancia e melão como o Gauchinho falou, desde março, Deputado, desde março estamos lá com projeto, o técnico da EMPAER fez o projeto para custear o plantio da melancia que plantamos na época da seca no mês de maio em diante, chegou época do plantio e o dinheiro nada por causa da exigência da PF dessa tal de APF, sem como fazer, tivemos que financiar essas lojas de agropecuária, insumos, que financiou para nós, conseguimos plantar na roça, mas os juros das lojas é em termos de 5% a 10% ao mesmo, enquanto o custeio seria de cinco a seis ao ano.

Então, é uma diferença muito grande, isso dificulta e corre risco de nós não conseguirmos pagar os juros é alto, e às vezes pode acontecer não conseguir produzir e você não conseguir pagar a loja com a produção.

Então, na questão da APF exigência muito grande que foi colocado, o técnico da EMPAER local Roberto Ruis preocupado com isso, corremos atrás, tem que fazer, viemos aqui numa reunião uns trinta dias atrás. O Banco do Brasil falou que tinha prorrogado essa exigência, que não ia exigir mais, só até fevereiro do ano que vem, quando chegamos lá agência, agência não tem conhecimento de nada, não sabemos, não tem informação, liga para Superintendência, vai ver não resolveu quase nada, tinha que ter a mesma cultura, o mesmo local, então, foi só uma discussão que não resolveu nada, prorrogou uma coisa e está lá o projeto, e o gerente, tem o rapaz lá o Filipe da Agência de Denise, muito eficiência, mas as normas do banco fecha, chega lá e não tem como liberar o crédito, ouvimos agora a fala do representante do banco, que tem dinheiro...s/dmm

0914au48.dmm

O SR. ALMIR ROGÉRIO -...ouvimos a fala do representante do banco, que tem dinheiro, que o banco tem dinheiro, mas tem dinheiro e nós não podemos ter acesso. Então, para que tanto dinheiro se o produtor não consegue ter acesso a esse dinheiro?

Nós tentamos fazer a APF, fomos lá em Tangará da Serra, adquirimos lá o cartão digital, o técnico da EMPAER foi lá e montou o processo, fez o processo da APF, até aqui tem o extrato de um dos produtores que foi feito e depois de dez dias está cancelado, não conseguimos fazer a APF, não sabemos por qual razão. Não sabemos, porque lá é coletivo o CAR, não é individual. Nós queremos saber do INCRA se tem como individualizar, nós mesmos fazermos esse processo de individualização, até porque a terra está no nome... a propriedade está no nome do INCRA. Nós não somos proprietários, nós somos assentados. Como eu vou fazer o CAR se a propriedade não está em meu nome? Então, quem tem que fazer o CAR, quem em que fazer essas coisas, é o proprietário, que no caso é o INCRA. Se o INCRA não faz, como fazer isso? O INCRA não tem condições de fazer, como o Bosco acabou de falar agora, nem financeira e nem de pessoal.

Então, Deputado, eu acho que as normas têm que ser mudadas. Se o representante do banco falou há pouco que eles trabalham conforme as normas, conforme as leis, e se as leis exigem APF e o CAR individualizado e nós não temos como fazer, e os órgãos competentes, no caso o INCRA, não tem como fazer por nós, então essas normas têm que ser mudadas. Senão, nós, como produtores, não vamos conseguir plantar. Eu consegui plantar este ano, mas se eu não conseguir crédito do banco, ano que vem eu não vou poder plantar. Eu vou ter que parar com a atividade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES**  
**REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO**  
**DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

Era isso que eu quero passar para vocês, a nossa dificuldade, e que vocês criem uma solução para o nosso problema.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra, o Sr. Luiz Alberto Esteves Scalopp, Procurador de Justiça, titular da Procuradoria Especializada do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

Nós já estamos caminhando para os últimos inscitos, tanto da mesa, quanto da plateia.

Eu convido a Mauren Lazzaretti, Secretária Adjunta da SEMA para compor a mesa, uma vez que o Alex Sandro teve que sair para um compromisso lá na SEMA, ela que está exatamente cuidando dessa pasta que trata da APF.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - Boa tarde a todos!

Eu vou até reorganizar...

...S/LCB

0914au49.lcb

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE -...Boa tarde a todos!

Vou até reorganizar um pouco minha fala, não posso deixar o meu gabinete longe assim tanto tempo, porque nós temos demandas para cuidar além das demandas de segunda instância, todas as coisas que organizamos e nesses dias agora, pelo menos para mim, estão muito turbulentos com tantas atividades para fazer.

E eu não tenho ido muito à Audiências Públicas exatamente nesses quarenta dias para eu não me ocupar um pouco e dar tempo de resolver algumas coisas com a cabeça e pormos em dia os nossos trabalhos, mas um convite desse do Deputado Valdir Barranco, legítimo representante desses anseios que têm aqui, aliás, com pouca representatividade no Estado e também em virtude do tema ser tratado não só tecnicamente, mas das pessoas que dependem disso. É que nós vimos aqui para ouvir, ouvimos e aprendemos bastante.

Hoje eu senti de manhã, antes minha equipe que está aqui também parte dela e fez uma reunião da documentação, fizemos um estudo e de manhã fizemos um pequeno seminário para poder entender toda essa problemática, também porque as frentes são muitas. Nós estamos cuidando não é só disso, nós temos de área úmida, hidrelétrica, a fauna silvestre, há incêndios e queimadas e também nós ocupamos na ordem urbanística a desorganização da cidade. E como eu trabalhei em segunda instância, também faço um trabalho de organização de comunicação dos meus colegas do Ministério Públicos, trabalho com isso quando posso e na medida em que nós podemos também.

Eu tinha mais ou menos organizado uma outra coisa aqui antes, mas as falas, como todas as falas de uma Audiência Pública, vão nos movendo para os rumos que temos obrigatoriamente que ir, por que afinal de contas sou servidor público. E essas Audiências Públicas são conquistas da Constituição de 88, democrática, que abre uma cunha dentro do processo administrativo, legislativo e judicial também, quando tem, não existia antes de 88. Isso é uma conquista para ouvir a população, mas ainda culturalmente estamos muito com dificuldade disso porque a maioria dos agentes públicos também confunde a Audiência Pública com solenidade, põe aqui em cima todas as autoridades, tendo para falar, não falam, falam um ou outro liderança de bairro, principalmente quando é na cidade...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

..s/tmr...

0914au50.tmr

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - ... fala um ou outro liderança de bairro, principalmente quando é na cidade, vai embora, faz uma ata. Cumpriu aquela medida administrativa segue para o outro administrativo, por exemplo, uma edição de uma lei, de recurso qualquer, de uma construção na cidade, ou de uma outra medida, que é feita, como audiências públicas que se referem ao campo, por exemplo, ao campo, mas é feita em Brasília. Abre-se consultas públicas que a população interessada mesmo não fica sabendo.

Então, não temos prática democrática ainda, porque prática democrática não significa so votar. Antes e a minha vida inteira militei pela obrigatoriedade do voto, para as pessoas votarem, e nós vamos com o tempo percebendo que isso é pouco. Porque precisamos ampliar os espaços administrativos e políticos e participação da população.

Eu acho inclusive que na minha tese de doutorado falo isso que nós deveríamos fazer o contrário. Nós sentarmos lá e a população sentar aqui para dirigir. Por exemplo, o pessoal da FETAGRI, com representação de outros lugares. Claro que se a Assembleia Legislativa é o anfitrião é o Deputado e nós ouvindo as coisas que as pessoas estão comentando. Mas como e para decidir, eu acho que a população, principalmente da cidade deveria sentada aqui, porque ela decidiria ou ela daria uma decisão, pelo menos, uma ponderação para o administrador. O administrador tentar ouvindo lá. De todo modo aqui estamos, eu fiquei nessa posição, eu vi algumas pessoas aqui também, eu estou vendo a Mesa, como vi ali a Livia se postando com os ouvidos, trocamos alguma outra informação com os ouvidos para ouvir a população e realmente os interessados. E acho que é isso que temos que ficar fazer. Gostei dessa coisa do Deputado Valdir Barranco trazer as pessoas da população, não fazer como solenidade. Falamos todos. Eu tenho alguma coisa para fazer, a população falou, num registro de uma ata. A maioria das audiências públicas feitas pela prefeitura metropolitana são feitas assim.

Fiz um levantamento de 53 audiências públicas todas elas assim. A população não fala. A população senta, ouve, muitas vezes são funcionários públicos uniformizados, organizados, tomam decisão sobre a cidade, onde está a maioria da população do Estado de Mato Grosso e depois vão embora. Então, umas audiências públicas dessas, eu quero deixar patente, registrado, é uma obrigatoriedade do Deputado fazer isso e ouvir, como o Deputado Valdir Barranco está fazendo e nós também estamos fazendo. A Superintendente do IBAMA está muito preocupada com isso. Já tinha tentado marcar uma reunião ontem. Antes eu estou preocupado com esses temas, marcamos uma outra data. Os promotores de justiça estão se organizando, preocupados com isso. Eu estava todo tempo no meu telefone aqui, porque é falta de educação o cara ficar buscando outra coisa, porque eu estou ouvindo a decisão do Supremo e paga muito .../cac

0914au51.cac

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - ... porque eu estava ouvindo a decisão do Supremo e estou. É que aqui pega muito mal o sinal! Acho que a Assembleia Legislativa paga bem esse negócio, mas não funciona bem. Entendeu? E pode ter certeza disso. E aqui não fica. Ou corta de uma vez para todo mundo prestar atenção ou deixa pelo menos nós termo acesso. Eu

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

estava vendo aqui e na hora em que estavam falando sobre desmatamento um advogado no Supremo Tribunal Federal falando dos assentados e eu estava querendo ouvir o que ele estava falando, mas rodava e fugia, rodava e fugia... Chamam o Professor Marés, já foi Presidente da FUNAI, uma pessoa importante, que é um dos advogados que nós, da associação brasileira do Ministério Público Ambiental, impugnamos 52 artigos por razões diversas do Código Florestal e está sendo julgado nesse momento.

Muita mentira dos representantes dos ruralistas. Mentira! Nós não impugnamos o CAR, nós estamos dizendo que o CAR tem dificuldade. Nós sabemos ou tem? Todo mundo sabe! A SEMA, o IBAMA, todo mundo sabe! Mas eles dizendo que nós estávamos impugnando o CAR para dizer que nós estávamos querendo afetar. Quer dizer, umas mentiras que eu estou acompanhando todo o tempo, nós estamos com colegas que são lideranças nossas, um Promotor mato-grossense que estava também lá na frente me passando isso e nesse momento discutindo nacionalmente. E tentando ver se tem uma decisão judiciada e não sei o que o Supremo vai decidir sobre os vários elementos sobre o Código Florestal. Todos eles, muitos deles, e a preocupação dos Promotores, por exemplo, tem um Procurador de Mato Grosso do Sul toda hora nos comunicando. A nossa preocupação e muitos deles, eu até coloquei, estou numa audiência pública com assentados de todo Brasil sobre os assentamentos e além das dificuldades que eles tem na vida tem o CAR e o CAR é importante. Então, falta algo, na verdade um tempo, uma agilidade para nós judicializarmos isso. Mas tem gente que pode esperar esse tempo? E eu coloquei aqui, será que esses Ministros do Supremo alguma vez dormiram em algum lugar, conheceram assentamento? Isso é para todos nós e o mundo inteiro está ouvindo. Porque também não é também que eles não tenham sensibilidade, mas é preciso saber, não é?

Eu me lembro que quando eu era Promotor de Justiça há muitos anos, eu comecei carreira em Alto Araguaia, fui na Ariranha, a quinhentos mil hectares, de conflito famoso, na Região em Alto Araguaia, na divisa com Mato Grosso do Sul. Eu me lembro que eu tinha dormido um dia na casa de uma pessoa que estava ocupando um lugar em que estava abrindo na mão aquela área, era uma área pequena, mas com um mosquito que eu não aguentava mais. E quando eu vou para a cidade, depois de alguns dias um advogado que queria tirá-los de lá, me disse assim, numa determina hora, num determinado momento na audiência disse que a pessoa era um vagabundo. E aí eu perdi a estribeira! Eu era assim, bem atrevido na época, porque eu tinha ido lá e dizer que...

s/nns

0914au52.nns

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - ... perdi a estribeira, eu era bem atrevido na época porque tinha ido lá dizer que um homem daquele é... é essa mentalidade que eu quero dizer que continua, minha gente. Por que essa seletividade?

O representante do Banco do Brasil esteve aqui e disse que atende todos iguais. Não é verdade. Ele quer atender igual, mas a estrutura não faz isso, sabemos disso. É a verdade. Dizer que um promotor e um juiz atende da mesma forma um alguém do agronegócio precisa depende da consciência desse juiz ou promotor. Não vem a uma audiência pública falar isso. Entendeu? É a dificuldade, precisam saber da dificuldade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Nós também, eu não atendo todo mundo também, não tem condições. As dificuldades são grandes e se não são vocês que levantem e movimentem-se nessas audiências públicas.

Por exemplo a Lívia passou para mim um pedido que já passei ao Deputado Valdir Barranco que apresentará um jeito de alterar o Decreto para dar uma tentativa porque o meu assessor de gabinete também estão preocupados em saber como as pessoas fazem que alimentam a maioria da população brasileira, mas é porque há erros, disfunção no Estado.

Nesse momento estou com uma alegria imensa quando a Polícia Federal entrou vários lugares daqui. Falo isso porque escrevi que nos oito anos que Blairo Maggi foi governador aumentou oito vezes a fortuna dele. Está escrito por mim, assinado para ele ser processado. (PALMAS) Isso é dado da revista Forbes, da revista norte-americana estava dizendo que esse moço não roubou, mas uniu político ao econômico, isso que falo.

Quem tem força política como dizia o Geninho aqui ou precisa de participação é que tem presença e o Mato Grosso..., é verdade, essa denúncia não tem representação do homem que produz os alimentos que comemos.

É tanto privilégio neste Estado que o agronegócio precisa ser dito, os Deputados dizem que tem gordura em algum negócio, eu disse isso a 500 plantadores e grandes plantadores na inauguração do centro de Sinop, de Sorriso. Os plantadores me entenderam.

Na verdade, aplicamos o excedente econômico do agronegócio daqui primeiro pela Lei KANDIR. Segundo porque Blairo Maggi consegue, que Dante, é bom lembrar, ele também muda o Código Florestal, o Código Ambiental e depois ele próprio baixa para ele mesmo alíquota zero no farelo de soja.

Nós plantamos, leva as coisas daqui e não fica. O dia que dissermos isso no Mato Grosso começamos a reorganizar nossas finanças porque muita gente que andou atrás dessas pessoas enquanto eu ficava sozinho nas denúncias, que estão longe no aparato do Estado, muitos deles e autoridades...

s/ cms

0914au053.cms

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE – ...no aparato do Estado também, muitos deles e autoridades hoje estão se desmarcando, ele não era meu amigo. Mas, não é ele também, é todo um sistema que não debatemos e não discutimos e aí as pessoas me procuram e falam assim: “O senhor podia mover uma ação.”. Mover uma ação com base em que?!

Se este Parlamento Assembleia Legislativa, que hoje tiveram visita 13 ou 14 deputados, pela Polícia Federal de surpresa, mas se este Parlamento vota essa lei, é difícil, dá proteção para a Serra Ricardo Franco que é um santuário. Do lado da Bolívia é protegido, tem que comprar briga com o Chefe da Casa Civil da maior quadrilha que já tomou conta do governo brasileiro! Está lá, Padilha! Eu cito, escrevo, falo, está em todo lugar porque ele está com área lá. Como é que aguenta? E o governo do Estado também falando com ele, protegendo os mecanismos da estrutura com ele. E nós tentando dialogar, conversar, dizer que aquilo é um santuário! O cara entrou depois que foi criado o parque! Por quê? Crença na impunidade.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós queremos tirara? Não. Nós só queríamos que ele recompusesse o pedaço que tem, faça um trabalho turístico, colabora. Tem alguém que doou uma área para uma fundação, eu falei: doa para o parque.

O que nós precisamos é ter um diálogo nacional, mas com forças equilibradas, os pequenos estarem representados, os homens da cidade, as pessoas das periferias... E vamos fazer isso, meus queridos, no dia que fizermos a verdadeira democracia participativa. Onde defende isso, é como muita gente fala, é como a reforma agrária como alguém disse, a reforma agrária moveu e mudou a Europa e os Estados Unidos e aqui virou coisa de comunista.

A reforma agrária foi a pedra de toque da economia norte americana! O estado norte americano protege a indústria dele, aqui eles estão vendendo e descalçando errado! O americano não acredita nisso.

Só para vocês terem uma ideia, o setor elétrico dos Estados Unidos, a maioria do setor elétrico dos Estados Unidos é estatal, não é privado, não. Eles vendem isso para fora, essa ideia, mas dentro não pratica e são a economia pujante. Eu gosto muito de americano porque tem uma democracia civil boa, a população tem participação, o índio, o negro, o latino, o branco, todos tem.

Então, precisamos construir isso aqui, isso é fortalecendo essas pessoas que tem, pressionando o Parlamento, levando o Deputado para mudar o decreto, levando para o governador para mudar o decreto. Eu acho que não vamos contestar isso porque é uma realidade, estamos contestando outras coisas que estão favorecendo setores em detrimento da preservação ambiental. Mas, não é uma coisa de preservação...

...s/drm...

0914au54.drm

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE-... em detrimento da preservação ambiental. Mas, não é uma coisa de preservação guarda plantinha em casa, na verdade coisas que depende a nossa vida futura, esse apelo que eu mudei aqui a minha ida.

Eu quero só enumerar para os senhores o problema, só vou resumir aqui para enumerar os problemas que eu com a equipe sentados chegamos a conclusão que nós temos que ver aqui.

Nós temos aqui para todo mundo saber quais são os enfrentamentos que nós vamos enfrentar. Primeiro a interpretações do decreto 1031/2017, que é o CAR, que tem essas questões.

Segundo é um projeto do decreto do PRA que está em debate segundo me disseram, porque eu não tenho ido ao CONSEMA segundo assessoria esta em debate o CONSEMA.

Então, precisa ir lá ao CONSEMA nos auxiliar, isso está em discussão lá, agora, segundo vão fazer o decreto regulamentação licença ambiental, isso vai afetar as pessoas, as pessoas tem que participar, se ninguém está participando como que o Deputado também vai ser auxiliado e vamos ficar sozinho nisso e depois aprovem e lei.

Detalhes que eu acho que são preocupantes, conflitantes e difuso, uma impossibilidade do controle administrativo, por exemplo, ele está preservando. O assentamento pode haver para compensação ambiental, pode haver troca com áreas fora do Estado, eu não tenho nem nome para isso. Quer dizer, tem hora que a pessoa inventa ou é muita sacanagem.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Porque eu quero saber o seguinte: o fiscal do IBAMA quer é federal, que não atende atribuição ali no Pará e trocaram por uma área do Pará, quero saber como é que ele vai lá, não pode! Que é federal, se a Maura cruzar a fronteira do Pará para fiscalizar ela é presa, eu não posso ir lá. Então, como é que nós podemos trocar por uma área que nós não conhecemos, não sabemos da origem, não faz afiliação e vai prever aqui, porque alguém falou, olha vamos fazer o seguinte:

Eu vou pegar uma áreas lá na Amazônia, no Pará porque conheço pessoas que falam isso, vou pegar na Amazônia e trazer aqui e aqui quero lembrar porque estou dizendo isso, vocês sabem disso. Porque a Lívia fala assim “também os senhores precisam fazer o trabalho de vocês” quando eu falo os senhores eu falo a sociedade porque eu não sou da área rural, as pessoas da área rural que traz esse precisa o sistema também se controlar, controlar isso, porque a malandragem por dentro, estão cheio de bens intencionados, vem por dentro, essa é uma delas, para trocar quem propor trocar por outra área, eu a primeira vista acho que é uma proposição malandra, porque ele não quer fiscalizar lá fora, ele não quer que nós vejamos lá fora, por em outro Estado, compensação ambiental...s/dmm

0914au55.dmm

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE -...por em outro Estado, compensação ambiental.

Então, ele degrada tudo aqui e fala: eu vou dar um título lá, porque não pode fiscalizar. Quem fez isso? Eu sei, são agentes públicos que fizeram essas normas. E fizeram por quê? Entraram na cantinella do malandro porque são também. Isso é muito sério, tem que levar a sério isso.

Eu escrevo isso em ações, porque eu não vou dizer isso em público. Eu escrevo e assino...!

Outra coisa que nós falamos aqui, eu nem vou tocar, que é o cadastro individualizado mesmo, que é levantado por minha assessoria técnica, toda hora, que isso é uma preocupação com o IBAMA e tudo mais. Esse é um grande debate que tem. O problema é que isso afeta a questão ambiental, e a justiça social que alguém disse aqui, a justiça econômica e a justiça ambiental. E isso é um encontro que precisa ser resolvido, porque têm dois valores importantes aí. A pessoa precisa produzir, ter garantia na sua propriedade, mas ela também não pode arrancar toda a propriedade em detrimento do meio ambiente e depois dizer: não, eu sou assentado. Não, não é assim! Agora, às vezes eu sei que não sobra nada para comer. Às vezes vende a madeira para o toureiro justamente para poder se manter, porque foi assentado sem estrutura. Nós sabemos disso.

O Gauchinho, que é da EMPAER sabe disso. A vida inteira. A primeira entidade que eu advoguei na vida, foi para trabalhadores rurais, para federação de trabalhadores rurais de São Paulo, foi que eu aprendi a advogar. Então, eu sei exatamente o que é isso.

Isso é um tema, Deputado, que eu acho que precisamos enfrentar. Estamos dispostos a auxiliar.

Outra coisa é que na avaliação do gabinete, alguns conceitos que traria, que a Ana Luíza tinha me dito, antes, como Secretária, na 420, esses conceitos saíram agora. Então, isso já é uma questão técnica que merece uma outra discussão. E aquela coisa da definição por matrícula ou por área.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu acho assim: se o “sujeito” tem uma fazenda, porque não ele fazer por área? Agora, o problema não é esse, homem bom, grande plantador, pode ter mil hectares. É porque aqueles... é porque sempre se você não toma cuidado, são os maus que condicionam os bons. É o “cara” que se aproveita disso.

Alguém disse aqui sobre sobreposição criminosa. Acontece, mas acontece por outra razão: dois lindeiros estão brigando ou ele quer aquela área. O que é que ele faz? Tem uma briga há tempos na justiça, ele vai lá, faz a sobreposição para complicar a vida do outro porque ele não pegou aquela posse. Ele pode até ter direito ou não.

Como é que se evita isso? Tudo isso evita, senhores, o que eu quero dizer, por uma coisa que não fazemos ainda...

...S/LCB

0914au56.lcb

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE-...tudo isso evita, senhores, o que eu quero dizer, por uma coisa que nós não fazemos ainda. Eu estava enumerando as coisas que é controle, e controle do Estado precisamos ter duas coisas. Primeiro o agente público precisa ser honesto. E mesmo sendo honesto, ele precisa saber se o agente público, incluo todos, se ele está ao lado, de quem ele está ao lado, porque ele pode ser um agente público, mas dá consultoria lá fora para o poder econômico, porque ele não dá para trabalhador rural, ele não dá para assentado, não tem dinheiro para pagar, há não ser o técnico que falou aqui que sente as dores do pequeno proprietário. Ele dá consulta para o grande. Aquele que advoga dentro da SEMA e advoga fora da SEMA. E quem é o advogado dele fora da SEMA? Se ele advoga para o setor que eu não quero citar agora, mas sabemos, isso precisa saber. Por que ele está advogando fora? Aqui ele vira fiscal de tal área. Eu via assentado às vezes no CONSEMA, uma pessoa fazendo o relatório técnico e sabia que dava consultoria fora. Tinha um que estava na representação que tinha seis processos criminais. Então, tem essas coisas também nesse mundo que estamos fiscalizando. E uma outra coisa: a fiscalização precisa ser feita, mas nós não temos condições ainda. Então, estamos num impasse. Eu estou levantando os problemas. Então no impasse você tem que regularizar, e nós não chegamos ainda para fiscalizar como fiscalizou todos os cadastros. Olha que impasse está o Estado brasileiro de desorganizado. Nós então acabamos com o CAR que é uma coisa boa? Porque se nós não regularizarmos fundiariamente o Estado de Mato Grosso, nós vamos ficar eternamente numa guerra agrária. O Banco do Brasil nunca terá condições de financiar. Então, nós estamos... esses são os problemas que nós enfrentamos. E a outra coisa é responsabilizar o agente público e também o degradador mais duramente.

Essas são as políticas que devem ser feita. Não vou falar em questão técnicas, estou encerrando aqui, porque na verdade tudo isso nós sabemos o que é as dores do homem do campo, grande ou pequenas dificuldades, o olhar para o céu esperando a chuva do plantador de mil hectares é o mesmo de dez hectares.

Eu tenho um primo que pouco o vejo, o vi em Rio Verde, que planta uma área, toda vez que eu passo lá ele fala assim: “eu sou uma pessoa que não sou abençoado”. Por quê? “Porque só chove na fazenda do meu vizinho”. Ele fala: “eu tomo prejuízo financeiro porque não chove lá”. Eu não vou sentir as dores desse proprietário? Eu vou. É um problema climático, porque ele planta da mesma forma que o vizinho mas não é favorecido. Então, nós sabemos que têm esses dramas, mas tem gente que não tem representatividade...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES**  
**REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO**  
**DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

...s/tmr...

0914au57.tmr

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - ... então, nós sabemos que têm esses dramas., mas tem gente que não tem representatividade nisso. Não é à toa que agronegócio está protegido pelo Estado. E o assentado está atendido, quando pode, precariamente, pelo Estado como as populações tradicionais. É muito diferente o tratamento.

Então, é preciso crescer, politicamente, porque legislações, nós estamos lá no Supremo. Hoje estão os membros do Ministério Público nacional com representatividade assistindo e vendo quem são nossos adversários, não é assentado que está lá. Eu não perderia nunca uma oportunidade até em homenagem ao Sr. Geninho que falou aqui com toda honestidade, trabalhador de todas as áreas em nome dele, eu cumprimento todo mundo que está aqui inclusive parabenizando ele. Estamos aqui à disposição.

A Lívia falou, ele vai levar em conta isso. E acho que temos procurar uma solução técnica, como viabilizar; alguém pediu um prazo, às vezes, o prazo é longo, mas o Estado tem que resolver isso, porque ele faz leis preocupado com o grande. Não faz leis preocupado com o pequeno, não. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Dr. Scaloppe, que nos deu uma verdadeira aula do ponto de vista do controle, da democracia.

Eu sei que Vossa Excelência tem seus compromissos. Como nós formaremos ao final aqui da Audiência Pública um grupo de trabalho, constituído pelas diversas representações, que estão aqui hoje, se o senhor for sair, poderia nos indicar quem da sua confiança fará parte desse grupo de trabalho, porque não queremos sair daqui com nada desamarrado. Nós sabemos que audiência pública por si não vai ser suficiente para nós sairmos daqui com uma solução para o problema, mas nós temos que num curto prazo ter essa solução. Esse grupo de trabalho que inclusive já foi proposto pelo Adão aqui, como representante da FETAGRI, precisamos sair daqui pronto... Nós fizemos uma audiência pública...

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE – Eu deixo a Edilene, que está aqui, que é a minha assessora jurídica ela vai, já sorriu de lá, doida para fazer parte, assessorar aí. O Paulo também do geoprocessamento, é mestre em ecologia também mais a Edilene que está fazendo esse estudo ao nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Ótimo, então. Obrigado, Dr. Scaloppe.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE – Eu só quero pedir licença para sair, porque eu tenho que ter que por uns documentos da minha filha caçula no Correios hoje se não eu apanho.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Scaloppe é piloto também. Voa, porque se não for apanha lá em casa. Muito obrigado.../cac

0914au58.cac

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – ... voa, porque senão apanha em casa!

Muito obrigado! Sei de suas ocupações, e aguardar aqui até quase o final, foi muito bom o senhor participar.

Vamos convidar para fazer uso da palavra porque já estamos terminando o Sr. Pedro Valcir da Rosa, Presidente da Associação São João, de Sinop, do Assentamento Wesley e depois dele, será o Sr. José Ribamar. E por último, na Mesa, falarão o Sr. Juarez Fiel e a Srª Mauren. A Srª Mauren terá a honra de encerrar.

O SR. PEDRO VALCIR DA ROSA – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a todos e as lideranças que se fazem presentes; quero agradecer ao nosso Exmº Deputado Valdir Barranco; a Mesa composta por ele e não posso deixar de agradecê-lo também porque eu sou Presidente da Associação São João, do Assentamento Wesley Manoel dos Santos, em Sinop. O Deputado Valdir Barranco para nós é um marco histórico no nosso assentamento porque foi ele que nós conseguimos celebrar o georreferenciamento do assentamento no qual hoje deu o direito da titulação daquele povo que ali há vinte anos estava sofrendo por falta de alguma iniciativa.

Então eu não posso deixar de fazer esse agradecimento ao nosso Deputado Valdir Barranco e transmitir que o povo do assentamento mandou um forte abraço. Eu tenho vários assuntos a ser abordados, mas sei que o tempo é curto, precisa se breve, mas eu não posso deixar, querendo ou não querendo eu tenho que atacar um pouquinho, viu? Desculpem-me mas eu tenho que cobrar aquilo que é do direito do nosso povo. Nós recebemos há oito anos aproximadamente o CCU - Contrato de Concessão de Uso no assentamento. O nosso CCU estava escrito que nós poderíamos explorar totalmente aquela área, portanto ali tinha uma área, a nossa reserva coletiva, nós poderíamos explorar totalmente aquela área respeitando somente as APP – Área de Preservação Permanente.

Inúmeras vezes temos cobrado ao INCRA a respeito dessa reserva coletiva e nunca tivemos resposta, mas sabemos que o INCRA é um órgão do Governo Federal que foi ele que confeccionou o CCU...

s/nns

0914au59.nns

O SR. PEDRO VALCIR DA ROSA - ... órgão do Governo Federal que ele quem confeccionou o CCU.

Quando entramos no assentamento, percebemos que abriria toda a área, coloco o nosso assentamento porque represento o nosso assentamento, mas é um anseio de todos que aqui se encontram.

O que acontece? Hoje somos punidos por uma liberação que recebemos do Governo Federal, nós hoje estamos com inúmeras famílias, com projeto para ter o acesso ao crédito e infelizmente vem essa APF que barra tudo, estamos em dia, são pessoas compromissadas.

Portanto, a associação é parceira do Banco do Brasil ali no município, nós acompanhamos, ajudamos validar as pessoas que realmente fazem parte daquela agricultura familiar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Pedimos encarecidamente que a SEMA e o IBAMA tomem providências em prol daquele assentamento porque temos lá 380 CCUs, aproximadamente, que todos rezam essa situação, que somos isentos de reserva no lote, a nossa reserva é coletiva.

Tem mais um detalhe. Aproximadamente há seis anos, desmatou-se uma fazenda Lindeira de dois mil hectares. Como que lá o IBAMA não foi incomodar? Nós que estamos em um pedacinho de 70 hectares não temos direito de trabalhar na nossa terra. Enquanto um fazendeiro produz e vende para multinacionais, nós estamos embargados, muitas vezes, de fornecer 10, 12 cabeças de gado ao frigorífico.

Como temos aquele documento que deu a liberdade para desmatarmos, desmatamos, nós respeitamos após 2008 porque tínhamos um documento que dava amparo para trabalharmos.

Agora vem a sanção, o próprio Governo dá liberação e vem nos condenar, é uma situação crítica. Precisamos que a SEMA analise, procure o INCRA, se for necessário, posso apresentar inúmeros CCUs que comprovem o que relato aqui porque precisamos sair desses desembargos. Esse é um dos pontos que queria colocar.

Segunda colocação é que ali no assentamento, há anos, foi feito o CAR e foi cobrado o PRAD, mas acredito que não se cobra PRAD, pois tem que ser cobrado para que a pessoa cede aquela área que deu o PRAD e deu um prazo X para que seja recuperada aquela área, não é simplesmente cobrar o PRAD...

s/ cms

0914au060.cms

O SR. PEDRO VALCIR DA ROSA – ...aquela área, não é simplesmente cobrar o PRAD, ir lá e ficar a ver navios, amanhã estamos todos sendo punidos por uma situação que não é a todos.

Então, como a SEMA e o IBAMA são responsáveis por cobrar de nós que são responsáveis de visitar e ver a situação de cada um porque estamos todos generalizados na situação. Eu vi o Adão fazer a explanação dele, foi excelente. É muito importante que olhe para nós.

A agricultura família, como o procurador estava falando, nós estamos abandonados porque não temos como oferecer nada a ninguém. Nós não temos recursos, o nosso leite é vendido a centavos; a mandioca nossa o frete é mais caro do que a produção para levar, então, é difícil a situação nossa e que as autoridades tomem as providências e venham ver a nossa situação.

Que esta Audiência Pública, Deputado, venha realmente resolver o problema da questão da APF, que é uma das questões que nós do Município de Sinop estamos sofrendo. O assentamento tem inúmeros projetos prontos, até eu mesmo tenho e estamos sendo parados por essa situação. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – O Sr. José Ribamar irá fazer agora uso da palavra, Presidente da Associação dos Trabalhadores do Sadia I.

Muito obrigado, Pedrão por sua fala.

O José Ribamar se encontra? Eu acho que não. Então, o Juarez Fiel fará uso da palavra.

O SR. JUAREZ FIEL – Boa tarde a todos e todas!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu gostaria de iniciar cumprimentando Sua Excelência o Deputado Valdir Barranco, que teve o privilégio de passar o dia inteiro na Assembleia Legislativa sem nenhum problema. Não é, Deputado? Isso é uma honra. Mais uma vez quero dizer que é um dos melhores votos de 2016.

Quero também cumprimentar o Corgésio, eu acho que ele estava aqui e deve ter saído, fui pegando ali, Deputado, alguns nomes, a Lívia, o Nilton, o Gauchinho, o Adão, tantos outros amigos que eu poderia falar nominalmente seus nomes.

Mas, eu queria dividir, eu queria socializar com esta plateia que eu sei o histórico de cada um... Esqueci o nome daquele senhor lá de Campo Verde...(O SR. GENINHO RESPONDE: GENINHO)... Geninho, Geninho.

Eu irei fazer uma dupla com o Adão, vamos tocar uma sanfoninha uma hora lá na sua propriedade.

Mas, eu guardei, Deputado Valdir Barranco, um nome, mas quando eu falei de socializar...  
...s/drm...

0914au61.drm

O SR. JUAREZ FIEL –... Mas, eu guardei, Deputado Valdir Barranco, um nome, mas quando eu falei de socializar a minha satisfação, porque hoje nós temos dois irmãos que eram para está na Quinta Avenida e estão na Papuda. Então, tenho certeza que essa alegria não é só minha não, essa alegria é de cada um que aqui está que não poderia dois pilantras, são que dos grandes responsáveis que é os irmãos Batistas, Wesley e Joesley, esses pilantras infelicitaram a nação comprando mandatos parlamentares que nos envergonhe e não é só Mato Grosso é o Brasil inteiro, esses caras proibiram que o pequeno produtor saísse, aqui de São Jose...ou qualquer uma cidade em volta, Livramento onde infelizmente perdemos dois grandes brasileiros, a nossa Vereadora e o marido foram assassinados. Mas se alguém sai de lá com porco para vender aqui em Cuiabá ele pode correr o risco de ir para cadeia. Enquanto malandro como esses compraram o avião mais caro do mundo, e foram lá para Quinta Avenida, graças a Deus estão na Papuda.

Esse país vai precisar levar muita gente para Papuda, e a nossa alegria de podemos está aqui discutindo questões importantes, eu não vejo, Deputado, eu li com muita atenção esse documento que o Adão, a FETAGRI produziu, mas eu não vejo Deputado caminhos que não seja a suspensão desse decreto 530, mas essa lei complementar 592, ou se suspende isso por um ano, ou por quanto tempo necessário for Adão, até que construa algo que atenda pequeno produtor.

Eu deixei esse nome aqui porque é cumprido, Dr. Luiz Alberto Esteves Scalope, Procurador de Justiça Titular da Procuradoria Especializada do Meio Ambiente Ordem Urbanística e neste ato representando o Ministério Público.

Eu deixei esse nome cumprindo aqui, a titulação peguei da sua equipe ai, quero dizer o seguinte: pessoas como essa que as vezes até pedi para o Dr. Luiz, quando fizer essas defesas não está togado, mas sim com palitozinho comum, talvez até sem a gravata para não assustar os pequenos produtores e começar fazer essas defesas, ou está nação aproveita, porque as vezes fica conversando com algumas pessoas e fala , não isso vai passa, essas vão esquecer, não podemos esquecer o que está acontecendo com esta nação, ou nós quebramos esse paradigma, ou nós pegamos uma leis absurda Adão, porque esse decreto, isso aqui não transformou o produtor em

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

mais bandidos ou menos bandido, ou mais agressivo ou menos agressivo com relação ao meio ambiente, não isso aqui que está colocado na lei, porque os pequenos produtores, os seus danos são menores.

0914au62.dmm

O SR. JUAREZ FIEL –...porque os pequenos produtores, os seus danos são menores. Os pequenos produtores não fazem o que se fazem em grandes extensões, como você vai ao Araguaia e vê tanta coisa lá, que faziam outro rio ao lado do mesmo rio. E não é um quilômetro, são mais de cento e oitenta quilômetros. Então, eu acho que temos que aproveitar da sua disposição, Deputado, da nossa falta de representatividade dos pequenos, mas Vossa Excelência é um autêntico representante. Eu sei que não é fácil e deve ser muito criticado neste Parlamento, mas não desista.

Vamos partir para uma busca aqui, Adão, enquanto se constrói algo melhor ou alguma coisa exequível, que não são mais os Batistas que ditam para você fazer alguma coisa, digamos, que atenda a legislação. A sanidade animal você não precisa fazer isso a não ser com boas práticas, não precisa pé direito de três metros, não. Precisa de boas práticas, precisa de assistência técnica.

Eu quero socializar mais uma coisa hoje. Eu acabo de assinar um documento onde o Instituto federal vai implantar 70 pequenos *kits* nas propriedades, é o Instituto Federal quem vai com os seus alunos, com os seus professores, é uma parceria, eu vou gastar 230 reais por cada técnico para eles irem lá implantar nas propriedades aqui em Cuiabá, uns kits de irrigação.

Eu cheguei um pouquinho atrasado porque eu estava na Escola de São Vicente, onde nos colocaram o Instituto Federal, a Escola de São Vicente, o abatedouro lá, Adão, nós vamos dar oportunidade de trabalho para produzir um frango semi-caipira a mais de cem pequenos produtores aqui de Cuiabá, porque já está a nossa disposição o abatedouro de frangos. Através daquele abatedouro de frango, nós já vamos acertar a comercialização só com a Secretaria de Educação do Município vai poder consumir e não comprar apenas 30%, mas 100% de frango semi-caipira para atender os alunos das escolas municipais da Capital.

Então, eu quero aqui, Deputado Valdir Barranco, era só socializar essa minha satisfação de poder estar aqui e dizer o seguinte: façam uma luta enorme para suspender esse Decreto, porque isso aqui não vai devastar o meio ambiente. A suspensão disso aqui é para que o Banco do Brasil, que está jorrando dinheiro para o pequeno produtor, possa aplicar o mínimo para que não seja constrangedor e vergonhoso para nós, mato-grossenses, não poder colocar recurso na agricultura familiar.

Isso aqui é a minha defesa, Adão, que eu digo o seguinte: vamos fazer as mudanças que precisam ser feitas? Vamos. Mas isso demora, isso é debate.

Enquanto isso, Deputado Valdir Barranco, entra com o pedido de suspensão desse Decreto...

...S/LCB

0914au63.lcb

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES**  
**REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO**  
**DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.**

**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

O SR. JUAREZ FIEL -...entra com o pedido de suspensão desse Decreto que eu tenho certeza que nós colocaremos para pequeno produtor e não são eles que vão cometer danos nenhum que não possa ser recuperado.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Juarez!

Eu havia me esquecido de chamar o Sr. José Luchinsck, do Assentamento Primavera, de Rondonópolis, ele quer falar, então o, Sr. José Luchinsck e depois por último a Mauren, e aí iremos para os encaminhamentos. Só lembrando que o INCRA já indicou o representante Marcos para a comissão, o grupo de trabalho, aliás; o Banco do Brasil indicou a Patrícia; a FETAGRI indicou o Adão; o Ministério Público, a Edilene; o SINTERP, o Gilmar, o gauchinho; e o meu gabinete, nós indicamos o Nelson e eu também vou compor. E aí falta o INTERMAT, a SEMA e o IBAMA, já para ir pensando.

O SR. JOSÉ LUCHINSCK – Uma boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco e parabeniza-lo pela Audiência Pública, esta Audiência Pública que não passa a ser somente Audiência, o público está para ouvir mas algumas autoridades já se ausentaram, talvez alguma pergunta não terá validade porque não terá alguém para responder. Mas assim mesmo eu vou fazer algumas perguntas aqui, eu procurar ser breve, eu queria fazer pergunta com relação ao CAR. O CAR, o próprio Valdir lembra que há três anos virou uma especulação danada. As pessoas iam nos assentamentos, várias empresas privadas, o INCRA dizia que não podia fazer com empresa privada, tinha que ser com empresa pública. As empresas privadas ia lá e diziam que podia fazer e cobravam cara e as pessoas eram penalizadas. Quem não concordava em pagar, porque sabia que não precisa fazer, depois era ameaçada, perseguida pelos órgãos públicos, os órgãos públicos iam prestar serviço no assentamento e dizia ; “não, eu não vou fazer o serviço para você lá, porque você não fez o CAR com a empresa que eu indiquei”. Porque nós sabemos que o órgão público podia fazer, mas não indicar empresa que ia lá cobrar.

Então, isso foi uma coisa que pegou muito lá para nós, para todo mundo.

Eu tinha dúvida com relação ao CAR que foi feito com a universidade de Minas Gerais, mas o representante do INCRA falou que aquele CAR está valendo, isso nós temos. Agora, eu tenho uma preocupação o seguinte: o INCRA sempre foi um órgão meio irresponsável, fazia alguns assentamentos e não deixava aquela reserva coletiva. Então, fazendo esse CAR nacional, nós pegamos e lá tem tanta...

...s/tmr...

0914au64.tmr

O SR. JOSÉ - ... então, no fazendo esse CAR nacional nós pegamos e lá tem tantas hectares de reserva coletiva, mas não, na verdade, não tem. Tem no papel, mas não tem na prática. Nós queremos saber quem vai pagar por isso. Eu sempre falo que a corda arrebenta lugar mais fraco, mas eu acho que a lei tem que funcionar para todos, porque se não tem a reserva lá, eu acho que não é culpa dos assentados, vamos ver como que vai fazer isso, o que vai acontecer. Eu não sei se tem gente que pode responder isso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES**  
**REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO**  
**DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.**

**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

Bateram bastante os dois órgãos ambientalistas, que estavam aqui, mesmo não estão fora da razão. Eu acho que está certo. Agora quero saber, porque viemos de Rondonópolis e vemos analisando. Com exceção da Serra de São Vicente não vemos vegetação nenhuma mais. O pessoal dos correntões já acabou com tudo, que fez aí faz parte da organização criminosa que está lá em Brasília que eu não venho governo nenhum a não ser essa organização criminosa. Então, quero saber se faz a audiência pública para esse povo, porque nós pegamos como referência porque ele é conhecido, mas tem muitos do jeito dele. Quero saber se os órgãos fazem audiência pública com eles para falar isso que falou para nós aqui. Eu estou achando ruim de falar, mas tem que ser com todos também.

Em relação ao Banco do Brasil, falando a respeito dos recursos e as pessoas aqui esclareceram muita coisa, mas tiveram algumas coisa que não ficaram esclarecidas. Eu fiz 18 operações no Banco, e eu nunca fiquei inadimplente em nada. Se você compra numa loja várias vezes e paga certo, o seu nome é um patrimônio. No Banco do Brasil, não!

Para você fazer um PRONAF, a partir do PRONAF-B, você já tem que ter um avalista. Quem tem que ser o avalista? O avalista tem que ter patrimônio. Você acha que vamos falar com desses caras aí desmatador para avalizar? Não avaliza. Então, é uma das questões que atrasa.... E fica fácil o governo falar que tem dinheiro no banco, e tem mesmo, só que a burocracia do banco nos impede de acessarmos esses recursos.

E no mais, eu acho que era isso. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Agradecer o Sr. José // pela fala. Vamos ouvir então Mauren Lazzaretti, Secretária-adjunta SEMA de Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI – Boa tarde a todos!

Eu vou procurar ser breve até porque .../cac

0914au65.cac

A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - ... vou procurar ser breve, até porque, eu realmente vou encerrar e fiquei uma tarefa árdua de dar a vocês um posicionamento. Vou procurar a fazer isso de forma bastante objetiva e numa linguagem que apesar que tenho que envolver vários aspectos jurídicos eu posso fazer com que vocês entendam o contexto que envolve a APF - Autorização Provisória de Funcionamento de Atividade Rural.

Durante as falas eu ouvi uma série de questionamentos sobre a APF, desde a sua existência, da necessidade da APF de existir no Estado de Mato Grosso até alguns aspectos mais operacionais da Autorização Provisória de Funcionamento. E também ouvi as críticas, as considerações do nosso Promotor Dr. Scaloppe, que sinto uma pena dele não estar aqui para que nós possamos até dar sequências às colocações que ele fez. De uma certa forma, de todas as manifestações o que observamos é que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente acaba ficando na posição de atrapalhadora da agricultura familiar por conta das regras que ela executa e que estão previstas em norma.

Então eu quero compartilhar com vocês um pouquinho o contexto disso tudo para vocês entenderem qual é a participação da SEMA e até onde nós podemos ir e aí eu digo em nome da atual gestão, que eu iniciei como adjunta junto com o Secretário Carlos Fávaro e que o nosso representante do Banco do Brasil já antecipou um pouquinho e que nós procuramos resolver o problema da agricultura familiar o que contrapõe um pouquinho a ideia de que a Secretaria não está

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

preocupada, não institui políticas públicas voltada às resoluções de problemas que envolvem a agricultura familiar. Eu quero desmistificar isso com vocês.

Primeiro de tudo, a APF é na verdade um instrumento provisório que visa substituir uma das atribuições da antiga LAU- Licença Ambiental Única, da atividade. Até a existência da APF, vamos dizer assim, até a LAU sair de operação no Estado de Mato Grosso qualquer agricultor e é aí que não se diferencia agricultura familiar de qualquer outra agricultura, era obrigado a ter a LAU. Os nossos números do Estado de Mato Grosso só foram emitidas pouco mais de cinco mil LAUs em toda história de Mato Grosso enquanto existiu a licença, que ela autorizava a atividade agrícola/pecuária, bem como fazia regularização ambiental que hoje é feita no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

De agosto de 2015 até hoje, nós já emitimos e existem mais de quase quinze mil APFs válidas. O que quer dizer que em pouco mais de um ano, dois anos, porque ela foi instituída em 31 de agosto, nós estamos em setembro. Nós já emitimos três vezes mais autorizações do que toda história da LAU. Mas esse é um número que...

s/nns

0914au66.nns

A SRª MAUREN LAZZARETTI - ... já estamos em setembro, já emitimos três vezes mais autorizações mais do que toda história da LAU, mas esse é um número só para vocês entenderem o quê? A APF não foi criada do nada, foi um instrumento necessário na fase de transição entre o desmembramento do que ela fazia.

O Código Florestal disse que agora é o CAR que faz a regularização ambiental do imóvel e a atividade agrícola e pecuária ficou solta. Como o Estado não tinha condições de continuar com a LAU até porque uma boa parte da atividade dela é exercida no CAR, em agosto de 2015, foi então instituído o Decreto nº 230, tão criticado por vocês e também pelo Dr. Scaloppe, gostaria de lembrar que o Decreto foi assinado pela ex-secretária de estado de meio ambiente que é promotora de justiça.

Ao contrário do que fez o Dr. Scaloppe em dizer que os servidores públicos não pensam na agricultura familiar ou que fazemos política pública pensando no grande e não no pequeno, não acredito que a Drª Ana Luiza tenha pensado no Decreto esquecendo a agricultura familiar.

A ideia do Decreto foi criar uma ferramenta que pudesse socorrer todos produtores do Estado de Mato Grosso de um modo mais rápido e fácil do era a antiga LAU, a ideia foi facilitar e não criar mais burocracia que existe por conta da norma federal, não é o Estado de Mato Grosso que exige licença da atividade, é a norma federal, é uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Quando o Estado tem o poder de regulamentar, não pode contrariar uma norma federal, isso qualquer um, não precisa ser jurista, um grande conhecedor do direito para saber. O Estado de Mato Grosso está restrito a regulamentar até onde a norma federal já foi.

O Estado de Mato Grosso não pode dispensar de licença se a norma federal assim exige e a norma federal não diferenciou o pequeno produtor do grande, ainda que eu concorde com vocês que o tratamento deveria ser diferenciado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O que eu quero dizer é que esse Decreto não foi criado para prejudicar vocês, a ideia era ao contrário, era beneficiar. Não tem uma política pública que cria uma ferramenta para prejudicar.

No entanto, esta ferramenta que seria mais simplificada do que a LAU foi questionada pelo Ministério Público Federal em uma ação civil pública que além de não concordar com a APF, não pediu para cancelar, ao contrário, queria obrigar o Estado de Mato Grosso a voltar a LAU que é um procedimento que exige uma série de outros requisitos que muito além da APF dificultarão a obtenção da licença em si.

Essa ação civil pública teve uma liminar contra o Estado...

s/cms

0914au067.cms

A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI – ...nessa ação civil pública teve uma liminar contra o Estado concedida em outubro de 2016, que obrigava o Estado voltar a LAU. A Procuradoria recorreu dessa decisão e conseguiu manter a APF dentro do cronograma que está no decreto que é para converter a APF numa LAU. Esta é a obrigação do Estado para atender a lei federal.

Então, é este contexto que vocês precisam também entender para saber até onde a SEMA pode ou o Estado de Mato Grosso pode ir para resolver o problema. Não é uma mera vontade do Estado, ficamos em atender da melhor forma o cidadão, atendermos a legislação federal e não se ver reprimido pelo Ministério Público.

Como vocês viram, o Ministério Público critica, fiscaliza, atua e até aciona pessoalmente os gestores. Então, se nós não cumprirmos a lei os gestores, seja eu Adjunta, o Secretário, o governador, somos acionados pelo Ministério Público por não cumprir a lei.

Então, estamos hoje num desafio árduo de atender a lei, uma decisão judicial, mas também não atrapalhar a vida do cidadão. Dentro desse contexto é que nós buscamos junto ao Banco do Brasil uma ferramenta, uma forma de interpretar a norma de tal modo que pudesse compatibilizar a existência da APF com a obrigação, o prazo da obrigação de ter a APF.

Aí eu confesso a vocês que é uma questão de interpretação jurídica, eu não consigo entender onde estaria a diferença entre um produtor que já tenha tido um financiamento para um produtor que não tenha dentro da regra e da interpretação que demos que a APF é vinculada ao CAR, e o prazo para que o CAR seja obrigatório é 31 de dezembro de 2017. Talvez, tenhamos um espaço para acomodar essa situação na discussão dessa interpretação.

Mas, hoje a situação do Estado no que diz respeito a revogar o decreto e a suspender, eu não acredito que seja cabível porque do ponto de vista legal, a obrigação continuará na norma federal.

Eu também queria informar para vocês paralelamente a isso, que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei complementar federal que tem como objetivo regulamentar o licenciamento ambiental em nível nacional. Esse PLC vem sendo discutido há muitos anos, é um projeto que está sob a relatoria do Deputado Mauro Pereira.

No art. 7º desse projeto de lei complementar já é um consenso a dispensa do licenciamento para atividade agrícola e pecuária extensiva, inclusive, em consenso com o IBAMA,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

com o Ministério do Meio Ambiente e com a Frente Parlamentar da Agricultura-FPA e tudo o mais...

...s/drm...

0914au68.drm

A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI –...Ministério do Meio Ambiente e com a Frente Parlamentar da Agricultura-FPA e tudo o mais.

A meu ver, a solução concreta que não fragilize, o gestor, que não fragilize a sociedade é que o projeto de lei seja nacional, do contrário qualquer normatiza que nós façamos a nível estadual vai continuar contrariando uma normal federal, eu não entendo que tenhamos espaços para fazer essa mudança a nível estadual. Certo! Mas evidentemente a Casa de Leis é aqui.

O que estou relatando vocês é que nós temos um questionamento judicial feito pelo Ministério Público a respeito disso, a nossa Secretaria a época era instituir o decreto agiu para atender a legalidade, que ela estava **distrita** a isso, nós viemos mantendo essa regra exatamente porque entendemos que temos deste dever, mas acredito que a solução esteja próxima de ser implementada a nível nacional. Inclusive eu tenho participado junto ABEMA na Associação Brasileira dos Estados, na discussão desse projeto lei, o Estado de Mato Grosso fez várias ponderações a respeito disso.

Pelo Projeto de Lei, as propriedades com CAR estando processo de regularização ela estão dispensadas das licenças da atividade, o que não dispensa de autorizações, de desmate, autorização em sim, o nível de encaminhamento do ponto de vista da Secretaria expondo que eu gostaria de falar colocar vocês é nós podemos discutir, a interpretação do decreto e a exigência do CAR e da PF, com base na lei federal junto ao Banco do Brasil talvez podemos fazer um aprimoramento que possa atender a nível de financiamento.

Mas mudança de legislação, salvo melhor interpretação desta Casa de Leis, eu acho que ela depende de uma alteração da lei federal, no que diz respeito precabilidade da PF, algumas questões que foram colocadas sobre o funcionamento do sistema, nós estamos num trabalho de conversão dele em LAU, eu acho que isso pode ser acomodado no que diz respeito o questionamento da procuração pública, se isso poderia ser feito por sindicato, acho isso extremamente plausível, quanto a liberação do restante da área que não desmatada em 2008, eu acho que nós precisamos ser mais cauteloso porque envolve IBAMA, Ministério, o Estado não tem autonomia de decidir isso sozinho, precisamos tratar isso junto com Ministério Pública e com própria IBAMA sob pena depois o documento não ter eficácia nenhuma, eu acho que precisamos ser cauteloso a Secretaria quer ser cautelosa, do contrario sofremos criticas pelas medidas implementadas, então, não queremos errar, em quem está gestão hipótese algum quer errar, mas é muito difícil, a posição de quem está no órgão executor do meio ambiente é extremamente difícil, não é intenção de ninguém atrapalhar o setor econômico, inclusive é uma das politicas que nós temos instituído é, o estado tem que deixar de ser atrapalhador, só que isso não se concretiza na fala...s/dmm...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0914au69.dmm

A SRª MAUREN LAZZARETTI -...o estado tem que deixar de ser atrapalhador, só que isso não se concretiza na fala, não é só falando, mas é exercendo ações que possam concretamente facilitar a vida do cidadão mato-grossense. E essa é a ideia. Tanto que temos defendido essa bandeira, junto à ABEMA, nas discussões da Lei Geral de Licenciamento, para que o Estado não fique engessado nas políticas públicas que ele possa estabelecer aqui. Que a Norma Geral nos permita fazer isso, porque hoje ela não permite.

Então, com essas explicações espero não ter sido muito técnica, mas ter deixado claro o porque de tudo isso, por que estamos aqui, hoje, é que eu me coloco à disposição para que possamos avançar nas questões atuais, que possamos também avaliar, compartilhar o Projeto de Lei Federal que está em trâmite, ele já é um consenso entre os órgãos federais, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente já tem um consenso sobre isso, e que se nós pudermos, em nível do que foi compartilhado aqui, marcar a reunião desse grupo de trabalho para que essas ações possam ser discutida e entendermos até onde podemos ir para solucionar, eu fico à disposição dos senhores, inclusive na próxima semana, porque acredito que a ideia seja... como a execução disso está na SEMA, que possamos coordenar. Eu acredito que as informações que nós temos são relevantes para que vocês possam entender a complexidade do assunto e nos auxiliar, porque o Estado de fato, em nível de regulamentação do executivo está restrito, por todas essas razões que eu já expliquei. Posso compartilhar as decisões judiciais, decisão judicial, inclusive, determina que o Estado de Mato Grosso não pode criar nenhuma normativa que flexibilize licenciamento previsto em norma federal, o que acontece exatamente nesse caso.

Então, eu estou à disposição só não no dia 19, da semana que vem, mas se já quiser já deixar encaminhado para a próxima semana, sem ser o dia 19, eu fico à disposição dos senhores. Deixo a porta da Secretaria aberta para quem quiser entender o problema e o que nós podemos fazer para ajudar.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero agradecer a Mauren.

Alguém da mesa quer falar mais alguma coisa?

Com a palavra, o representante do Banco do Brasil...

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA – Só para explicar ao parceiro lá de Rondonópolis com relação à garantia.

A questão de garantia, exigimos conforme a linha. À medida que a experiência vai acontecendo no Projeto PRONAF, é dito que o primeiro, o PRONAF A é feito em nota de Crédito Rural, não é, Luiz? Não se exige garantia, é apenas um compromisso moral que é colocado, mas à medida que essa experiência tiver acontecendo e as operações vão crescendo...

...S/LCB

0914au70.lcb

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA –... estiver acontecendo e as operações vão crescendo, a linha, aí foi isso que eu falei no início, a linha vai modificando e vai tendo novas exigências. Então, assim, eu reluto, eu concordo com vocês, com a questão do cadastro positivo que você tem. Acreditamos no potencial, mas às vezes ficamos amarrados pela prática do crédito que aí exige que você tenha determinada garantia para ter acesso. Até porque o valor aumenta, e a medida que o valor vai aumentando nós precisamos que tenha a garantia

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

correspondente. Podemos analisar o seu caso, ver o que pode ser flexibilizado para tentar ajuda-lo na sua expertise. Só respondendo a pergunta do colega de Rondonópolis.

E quanto a questão que a Mauren colocou muito bem, com relação porque nós... na verdade assim, nós estamos sim preocupados, Mauren. Nós resolvemos assumir o risco com aqueles que já conhecemos, porque ele está desenquadrado da legislação, mas o banco trabalha com a governança corporativa, qualquer decisão é tomada no mínimo com oito pessoas assinando, o banco foi levado à diretoria, a Patrícia está ali para corresponder, houve uma nota técnica, uma súmula que percorreu a diretoria do banco para que pelo menos aquilo que foi feito no ano passado, vamos colocar ano passado, se repetisse nesse ano. Então, o banco assumiu o risco de fazer com esse que já conhecemos. Não há como fazer, aí barra em várias legislações, inclusive no banco central, fazer como uma pessoa que eu não tenho a experiência do crédito, porque eu não conheço essa pessoa, eu teria que ter uma avaliação prévia dessa pessoa para poder... imaginem assim, você já emprestou dinheiro para parente não é? É o pior dinheiro que você empresta. Então, é mais ou menos isso aí. Emprestando para parente você perde o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – pode emprestar para a sogra.

O SR. WHELEN GONÇALO DE ARRUDA – pior ainda. Minha sogra é complicada. Mentira. Coitada. Ela é uma santa.

Então, na verdade, gente, é só por causa da experiência do crédito. Ela vai ouvir, que ela deve estar assistindo. É aposentada (RISOS).

É só por causa da experiência do crédito. Utilizando-se da experiência do crédito, daquilo que já conhecemos, nós assumimos o risco calculado. Não é, Patrícia? Está calculado né? Você quer falar? Tenta ali no púlpito.

Então, é só uma questão para pontuar. Assumimos o risco de fazer em que pese a legislação nos dar algum desconforto. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Whelen, o Adão queria fazer um encaminhamento que vai envolver o Banco do Brasil, então antes dela falar você poderia já fazer, porque de repente ela já responde.

O SR. ADÃO DA SILVA – Eu acho que é o seguinte, Deputado. Nós precisávamos tirar o encaminhamento...  
...s/tmr...

0914au71.tmr

O SR. ADÃO DA SILVA - ... Eu acho que é o seguinte, Deputado.

Nós precisávamos tirar um encaminhamento. Como nós temos o Banco do Brasil e a SEMA, temos aqui o Ministério Público também, nós precisávamos tirar um encaminhamento. O que precisa fazer para que o banco libere o crédito rural? Tem uma nota técnica que eu acredito que se eu tivesse no banco eu também não liberaria, que é bem menor do que a lei. Existe uma lei. Então, nós precisávamos achar um caminho, Deputado, o que precisa. A SEMA está aqui, o Banco do Brasil está aqui, editar um decreto? Editar o quê? O que o Banco do Brasil precisa para liberar o crédito a partir da publicação dessa nova coisa, ou seja, um decreto, ou seja, uma nota técnica, publicada, o que o Banco do Brasil precisa? 10 mil projetos do PRONAF-A significa quase 300 milhões de reais, significa 265 milhões de reais do PRONAF-A investimentos e são 10 mil famílias

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

que vão deixar de sair de suas terras. Tem que achar uma saída se não vamos sair daqui, a SEMA daqui, nós vamos reunir o grupo de trabalho para discutir uma lei. Aquilo que falou a Mauren, da SEMA, a lei federal fala que é até 31 de dezembro todas as propriedades tem que ter o CAR e ///.. Então, só mudar aqui em Mato Grosso e se não mudar lá também, tem que mudar lá também. Agora nós precisamos achar uma saída para o momento.

O que precisa, o que o Banco do Brasil quer de documento da SEMA e vemos se a SEMA vai fornecer isso. E aí a Assembleia Legislativa e o próprio Governo do Estado tomar ciência para que possamos iniciar a partir da semana que vem liberando o crédito.

A SRª PATRÍCIA – Boa tarde!

Só para esclarecer um pouquinho.

O banco não exige nada. O Banco do Brasil não tem esse poder. Nós somos cumpridores da lei. Então, aquilo que a lei determina, o banco tem por obrigação cumprir.

Se a lei pede a licença ambiental, se houve uma regulamentação, através de um decreto, dizendo que é necessária á APF, o banco é obrigado a exigir a APF. Na lei, na norma diz que a APF tem que ser apresentada. Existe, sim, uma boa vontade muito grande da SEMA interpretando e nos dizendo, através de uma nova técnica, que APF passará a ser de apresentação obrigatória somente após 31 de dezembro. Mas essa nota técnica é um documento explicativo. Ela não tem força legal, ela não tem força de lei.

A própria Mauren disse com muita propriedade que eles respondem com o CPF por aquilo que eles fazem; nós, no banco também. Se nós descumpirmos a legislação ambiental, nós vamos presos, eu também vou presa.../cac

0914au72.cac

A SRª PATRÍCIA - ... nós vamos presos. Eu também vou presa. Então, eu só posso fazer aquilo que a lei me permite.

O que precisa ser feito para o banco operar normalmente com o PRONAF? Nós precisamos que seja achada uma alternativa jurídica que nos permita fazer isso, a lei precisa dizer que nós não precisamos exigir a APF, mas um documento com força legal, um documento explicativo não nos permite fazer isso. E se não cabe à SEMA, a SEMA não pode dispensar o licenciamento APF, como nós enquanto somente parte do processo, estamos ali executando, cumprindo a lei, podemos fazer ou interpretar de forma diferente? Não nos cabe isso.

Então nós precisamos somente de segurança jurídica. E estamos, sim, dispostos a atender a todos com muita vontade de emprestar.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, a Srª Lívia, depois o Sr. Nilton, depois vamos encerrar. Mas não tem solução. A solução é a suspensão integral do Decreto nº 230. (PALMAS)

O grande problema do Brasil, é que a nossa sociedade não está preparada para exercer cargos no exercício da democracia! Aí temos governo que não consultam o povo. Um Decreto desse de cima para baixo tinha que dar no que deu.

Eu vi aqui quando foi a tramitação da legislação do SICAR o patrulhamento do governo que não consultou ninguém, nem a federação, nem os movimentos, nem Sindicatos e de repente aprova e o problema está aí. Então eu não vejo outra solução. Agora, dizer que não tem

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

solução? Só a morte não tem solução! Nós temos que discutir, encontrar uma saída. Eu não vejo outra saída que não seja passando pela revogação do Decreto.

Vamos ouvir aqui, mas o nosso trabalho está formado, está constituído, mas nós já temos um norte.

A SR<sup>a</sup> LÍVIA CARINA PASSOS TELES – Rapidamente: o que eu sugiro para discutirmos no grupo de trabalho? Não tem como nem o Banco, nem a SEMA e nem o IBAMA não cumprir o que está no Código Florestal, que é a exigência da licença ambiental da propriedade. Aqui nós não conseguimos fazer essa mudança, isso só no Congresso Nacional. E o que podemos fazer? E aí, sim, da para que façamos, porque aqui tem autoridade, tem órgãos públicos e vocês que tem experiência em campo. Nós discutirmos o processo de como que faremos para priorizar o assentamento rural. O problema desses Decretos do Estado de Mato Grosso é que nenhum fala de assentamento rural, todos falam que as análises do CAR e as análise das licenças serão primeiro desembargar com o IBAMA, depois...

s/nns

0914au73.nns

A SR<sup>a</sup> LÍVIA CARINA PASSOS TELES – ... análises da licença será desembargar o IBAMA, depois isso, tem vários critérios menos assentamento rural. Vocês não são prioridade no decreto.

Esse detalhe é importante porque hoje é a Lívia que está, hoje é outro Secretário, amanhã muda a pessoa, isso tem que estar amarrado na alteração do decreto, priorizar a análise de regularidade de assentamento ambiental.

Não adianta o assentamento ficar a vida inteira na margem da regularidade, sempre os grandes proprietários têm a licença ambiental na mão porque analisa rápido e o pequeno proprietário não tem. Na prática é isso que tem funcionado.

Primeiro ponto, alterarmos a prioridade de análise de projeto de assentamento. Segundo ponto, o INCRA e o INTERMAT precisamos ouvi-los, Marquinhos não está mais aqui para que eles apresentem os dados que já existem, já têm na base deles para que a SEMA recepcione e inclua na base de dados.

São detalhes que no grupo de trabalho, Deputado, ficará melhor esclarecido. Ok?

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra o Sr. Nilton.

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – Acho que, principalmente o que o Adão traz, acho que todos trazem, Deputado Valdir Barranco, acho que o grupo de trabalho foi para isso. Parece-me que a reunião ficou para o dia vinte, quarta-feira da semana que vem.

Acho que cada órgão, tanto a FETAGRI como os outros órgãos trarão os problemas existentes, não tem como pedi simplesmente o cancelamento se não apontássemos uma solução também.

Acho que a importância desse grupo de trabalho é para resolver essa situação porque se formos pensar que não tem tratamento diferente porque se pegar a primeira resolução na questão da suspensão até 31 de dezembro, lá existia bem assim, Adão, bem claro; “exceto assentado da reforma agrária”. Já tratam a reforma agrária de forma diferente, mas não para ajudar, para complicar um pouco mais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Acho que não é momento de estarmos simplesmente para pegar os erros que tiveram e têm até agora. Acho que o Deputado Valdir Barranco está certinho, pois não tem nada que não há solução.

Primeiro, isso eu discutir em Brasília, há quinze dias em que estava lá. Hoje represento as federações do Centro-Oeste todo e o único do Centro-Oeste em que se cobra a APF é aqui no Estado de Mato Grosso. A nível nacional somente o Estado da Bahia e Mato Grosso que exige a APF, os outros Estados não têm isso.

Por isso acho que tem como sim fazer a inversão disso tranquilamente, o que não pode é parar, principalmente com a agricultura familiar que produz 70% da alimentação à população brasileira...

s/ cms

0914au074.cms

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – ...que produz 70% da alimentação para a população brasileira e prejudicar toda ela simplesmente porque não temos condições de achar uma saída.

Eu concordo plenamente, eu acho que a companheira está certa quando fala que existe uma resolução, existe uma lei federal. Existe! Mas, todas as leis são passíveis de mudanças e ela pode ser mudada a partir do momento, principalmente, os atores que estão sendo prejudicados se manifestarem e irem para a luta.

Então, era isso que eu queria trazer, eu tenho certeza que vamos conseguir junto com todos vocês eu tenho certeza que vamos inverter isso aí no Estado.

Muito obrigado, Deputado Valdir Barranco, já irei dizer obrigado, enfim, quero agradecer a presença de todos vocês também, eu acho que é importante, principalmente, a divulgação e o trabalho de vocês lá na base perante nosso trabalhador e a nossa agricultura familiar do Estado de Mato Grosso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero cumprimentar o Luiz Mauro Evangelista, que é o chefe da Unidade do INCRA lá de Colíder; o Zé Benildo, que é assessor do Deputado Federal Ságua Moraes, que está participando; e cada um e cada uma.

Quero agradecer os nossos servidores da Assembleia Legislativa, a *TV Assembleia* e a *Rádio Assembleia*; a todos que vieram, muitos de longa para participar dada a importância desta Audiência Pública; a FETAGRI, Nilton, que está presente; o Adão que está tendo um contato permanente em busca de solução para essa problemática; a Lívia do IBAMA...

Tem muitos problemas, ontem, eu acho até que falaram com você, Lívia, um assentamento lá de Cláudia, um assentamento pequeno onde colocaram fogo na reserva. É uma reserva que é puro castanhal, mais de 200 mil árvores de castanha, me lembro da catalogação dessa área e puseram fogo criminosamente lá ontem, mandaram fotos e vídeos, então, é muito trabalho.

Quero agradecer o Ministério Público; o Juarez Fiel, sempre fiel a agricultura familiar; a SEMA; a Mauren, muito obrigado; o MAPA; o Banco do Brasil, quero dizer que esses 300 milhões que foram falados aqui que poderemos perdê-los, não iremos perdê-los. A agricultura familiar irá considerar esses 300 milhões como o nosso maior impulsionador, o nosso maior objetivo

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

a ser conquistado, para que possamos superar essas barreiras, essas dificuldades, Orlando, e conseguirmos fazer com que superado isso a agricultura familiar possa acessar esses recursos...  
...s/drm...

0914au75.drm

OSR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO)-... superado isso agricultura familiar pode acessar esses recursos e melhorar as condições do trabalhadores da agricultura familiar, não é fácil compreender essa realidade, para nós que vivemos no ar-condicionado, para quem todo mês recebe salário, todo ano tem décimo terceiro e férias, precisa ou já ter tido uma experiência, vindo da roça, ou está com essas raízes permanente preservadas visitando essas áreas para nós compreendemos que as vezes o cidadão tem que vender a única vaca de leite que ele tem para ele contratar o serviço do técnico para ele fazer o CAR.

E depois se muda a legislação e vem dizer que tem que fazer alteração ele vai ter gastar de novo. E mesmo ele sabendo que obrigação pela legislação que não é dele, ele é assentando, é do INCRA, são do Estado, o INCRA e o Estado que não tem condição para fazer nunca é visto com prioridade porque lá Congresso Nacional, na Câmara Federal com mais de duzentos Deputados do agronegócio tem seis da agricultura familiar.

Então, quando é para negociar como negociaram para impedir a continuidade da investigação contra o Presidente Temer, o agronegócio sentou e resolveu o problema deles porque tem mais de duzentos, representantes dos agronegócio lá.

Então, agricultura familiar tem que está unida, organizada, para eleger seus representantes para que possa ter cada vez mais força para lutar. Essa obrigatoriedade que não é dele, ele acaba tendo que pagar porque se não ele é penalizado, começamos olhar com mais carinho exercita democracia com mais audiência públicas, os governos deveriam antes de implementar legislação ouvir o povo, as diversas representações da sociedade cível organizada, porque nós não estaríamos aqui hoje com esse problema, com milhões de reais a disposição sem conseguir fazer chega lá na ponta, se esse exercício estivesse sido feito, isso chama-se democracia.

Então, já temos aqui esse grupo de trabalho que foi constituído. Portanto, eu não gosto de concluir Audiências Públicas, acho que temos inovado essa pratica aqui na Casa, são mais de vinte audiências Publicas para discutir os mais diversos temas, sempre dando oportunidade para as pessoas que vem aqui falar, porque senão só fala a mesa e o povo ouve e vai embora e não se resolve nada, e no final se não tivemos a solução temos que ter uma solução, fizemos lá Audiência Pública para discutir o impacto socais da construção da usina hidrelétrica de Sinop, que está construída em detrimento da sociedade, principalmente da agricultura familiar, os “caras” pagando...s/dmm...

0914au76.dmm

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) –...principalmente da agricultura familiar, os “caras” pagando vinte a vinte e cinco mil reais por hectare do fazendeiro que eles compraram lá a área e querendo dar dois, três mil reais por hectare aos nossos assentados. Nós não aceitamos isso, fizemos uma Audiência Pública, constituímos uma comissão e está funcionando, está avançando.

Está aqui o Pedrão, que é de lá, tem acompanhado...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER E ENCAMINHAR AS DISCUSSÕES  
REFERENTES AO SIMCAR, APF, INSTITUIDOS POR MEIO DA LEI Nº 592, REALIZADA NO  
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

(O SR. PEDRÃO DIALOGA COM O PRESIDENTE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Depois nós vamos fazer esse encaminhamento.

Então, daqui nós também não poderíamos sair sem... se a solução não sair daqui agora, nós vamos ter que arrancá-la a partir dessa comissão que vai ter várias cabeças pensantes.

Nós temos aqui a SEMA, com a Mauren Lazzaretti; o INCRA, com o Marcos; o INTERMAT nós vamos consultar para saber; o Banco do Brasil, com a Patrícia; a FETAGRI, com o Adão da Silva; o IBAMA, com a Livia; a Assembleia Legislativa, do nosso gabinete eu vou compor juntamente com o Nelson Borges; o Ministério Público, com a Edilene; o SINTERP, com o Gauchinho e o ICV, com o Vinícius, com a Ana Paula e com o Deputado Federal Ságuas, porque pode haver desdobramento na esfera federal, com o José Benildo, já indicado. A data é dia 20, quarta-feira, às 14h. Eu consulto os componentes para saber se pode ser essa data, se podemos já bater o martelo aqui, se não há nenhuma objeção.

Então, já agendada para o dia 20, às 14h, na SEMA, para termos a primeira reunião.

Agradeço a todos e todas e que Deus possa abençoar esse restinho de semana e que nós posamos cada vez mais nos empenhar e nos orgulhar das instituições públicas brasileiras.  
(PALMAS)

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges.

- Revisão:

-